

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração - PROPAD**

Ana Beatriz Nunes da Silva

**Do pensar ao agir: a participação na “teia” para a
(re)construção da política pública cultural no
município de Olinda.**

Recife, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta dissertação se encontra abaixo definida por seu autor. Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: **Do pensar ao agir: a participação na “teia” para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda.**

Nome do Autor: Ana Beatriz Nunes da Silva


Data da aprovação: 29 de março de 2007.

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3


Recife, 29 de março de 2007.

Ana Beatriz Nunes da Silva

Do pensar ao agir: a participação na “teia” para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda.

Orientadora: Dr^a Jackeline Amantino de Andrade

Dissertação apresentada como requisito complementar à obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2007

Silva, Ana Beatriz Nunes da

Do pensar ao agir: a participação na "teia" para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda / Ana Beatriz Nunes da Silva. - Recife : O Autor, 2007.

112 folhas : fig. e quadro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2007.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Administração pública – Participação do cidadão. 2. Olinda – Administração local. 3. Políticas públicas. I. Título.

658
658

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2007-055

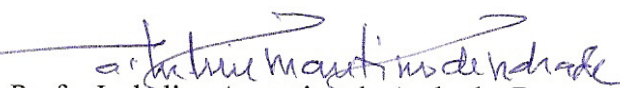
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

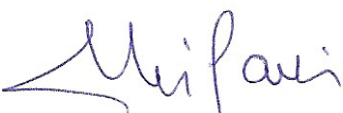
Do pensar ao agir: a participação na “teia” para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda

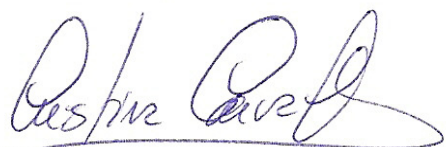
Ana Beatriz Nunes da Silva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 29 de março de 2007.

Banca examinadora:


Prof. Jackeline Amantino de Andrade, Doutora, UFPE (orientadora)


Prof. Carlos Roberto Sanchez Milani, Doutor, UFBA (examinador externo)


Prof. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Doutora, UFPE (examinadora interna)

*Aos meus pais, Edmilson Nunes da Silva e Veluzia
Batista Nunes da Silva, meus primeiros mestres.
Ao meu avô José Barboza de Lima e Silva (in
memoriam) grande incentivador das jornadas
iniciais que me levaram à academia.*

Agradecimentos

Agradeço...

À minha família pelo apoio incomensurável ao longo desse caminho;

Aos meus amigos, por terem compreendido minha ausência durante 2 anos e me incentivado sempre;

Ao prof. Carlos Milani, à prof^a Cristina e à prof^a Mariana Baldi pela disponibilidade e comprometimento para comigo, colaborando significativamente com meu crescimento acadêmico;

À Graúna, ao Centro Cultural Coco de Umbigada, ao Centro de Cultura Luiz Freire, ao FAPCO, à CEPECAC – Nabi, ao MinC – Regional, à SEPACCTUR, sem os quais esse trabalho não existiria;

À todas as pessoas que conheci nessa trajetória, entre monumentos e histórias em Olinda que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho;

Aos professores Fernando Gonçalves e Luiz Márcio Assunção pelo estímulo e colaboração com o ‘pontapé’ inicial nessa jornada;

À turma 11 do mestrado e turma 3 do doutorado, colegas que se tornaram mais que amigos, uma família escolhida, presente em todas as horas sempre com uma palavra de apoio e incentivo, emanando alegria em todas as ocasiões;

À Banda P, turma que sabe fazer valer o sentido da vida, mesmo nos momentos mais difíceis;

À Irani e Conceição, pelo apoio, amizade, carinho e paciência nesses meses;

A todos da equipe do Observatório da Realidade Organizacional, que contribuíram direta ou indiretamente nessa pesquisa;

Ao prof. Bernd Marin, pela cordialidade, atenção e generosidade;

À profª Jackeline, por ter me ensinado a caminhar com meus próprios pés;

A Deus por ter me dado discernimento e serenidade para enfrentar os percalços com
hombridade.

“... na história de um povo, como na vida de cada homem, há momentos em que tudo se pode dispensar, menos a coragem”

(FURTADO, 1984, p.37)

Resumo

Essa dissertação tem como objetivo analisar se os atores organizacionais do município de Olinda identificam a importância de sua participação na configuração de uma rede visando a (re) construção da política pública cultural do município de Olinda. Inicia-se o trabalho com a contextualização da política pública no Brasil desde os primórdios até a Constituição de 1988, em seguida aborda-se a política pública cultural em ação, participação social como base da política pública cultural olindense e para finalizar abordagens de rede. A pesquisa, de caráter qualitativo, tem como sujeitos atores organizacionais, governamentais e não governamentais, diretamente ligados ao processo de (re)construção de políticas públicas no município de Olinda. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a entrevista não diretiva, a observação direta e a pesquisa documental, o que possibilitou o emprego de triangulação dos dados para uma melhor compreensão do fenômeno analisado. Como resultado de tal pesquisa foi possível comprovar que os atores organizacionais do município de Olinda, identificam a importância de sua participação na formação de uma rede visando a construção da política pública cultural do município de Olinda, embora tal rede ainda não esteja totalmente formada.

Palavras-Chave: Rede. Participação. Política pública cultural.

Abstract

The main propose of this dissertation is to analyze whether Olinda's organizational actors are able to recognize the importance of their configuration in the creation of a network which aims to (re) construct Olinda's cultural public policy. This shall be accomplished by first contextualizing Brazil's public policies from its dawn as a country to the 1988 Constitution, then by observing cultural public policies, social participation as the foundation of Olinda's cultural public policy, and lastly, through network approaches. The research – which is qualitative in nature - works with organizational governmental and non-governmental actors, directly involved in Olinda's public policy (re)construction process. Data was collected through directive interviews, direct observations and documental research, which allowed for the use of data triangulation in order to better understand the analyzed phenomenon. As a result of this research, it was possible to prove that Olinda's organizational actors do identify the importance of their participation in the creation of a network which aims to construct Olinda's cultural public policy, although such network hasn't yet been totally formed.

Keywords: Network. Participation. Cultural Public Policy.

Lista de Siglas

CCLF – Centro de Cultura Luiz Freire

CEPECAC – Centro de Estudos e Pesquisas Educação e Cultura e Ação Comunitária

DC - Definição constitutiva

DO - Definição operacional

FAPCO - Fórum dos Artistas e Produtores Culturais de Olinda

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC - Ministério da Cultura

MONDIACULT - Conferência Mundial sobre Políticas Culturais

ONG – Organização Não-Governamental

RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor

SEPACCTUR - Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda

SNC - Sistema Nacional de Cultura

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de Quadros

Quadro 1	Variáveis observadas na comparação dos modelos.....	30
Quadro 2	Tipologia e evolução do conceito de participação.....	40
Quadro 3	Tipos de rede quanto à relação entre parceiros.....	44
Quadro 4	Tipos de redes quanto ao foco de atuação.....	44
Quadro 5	Representação gráfica dos dados coletados.....	55
Quadro 6	Compilação de dados.....	99

Lista de Figuras

Figura 1	Representação gráfica do pensar do Centro Cultural Coco de Umbigada.....	61
Figura 2	Representação gráfica do pensar do Centro de Cultura Luiz Freire.....	65
Figura 3	Representação gráfica do pensar da Graúna.....	70
Figura 4	Representação gráfica do pensar do FAPCO.....	79
Figura 5	Representação gráfica do pensar do CEPECAC Nabi.....	84
Figura 6	Representação gráfica do pensar do MinC – Representação Regional Nordeste.....	87
Figura 7	Representação gráfica do pensar da SEPACCTUR.....	91
Figura 8	Laços fortes e fracos entre os atores organizacionais.....	96

Sumário

1 Introdução	15
1.1 Objetivos.....	21
1.1.1 Objetivo Geral	21
1.1.2 Objetivos Específicos.....	21
1.2 Justificativa.....	22
2 Fundamentação Teórico-Empírica	24
2.1 As Origens da Instituição Política Brasileira e a Constituição de 1988.....	24
2.2 Política Pública Cultural em ação.....	32
2.3 Participação e Rede Política.....	39
3 Metodologia	47
3.1 Perguntas de Pesquisa.....	47
3.2 Definições Constitutivas (DC) e Operacionais (DO).....	48
3.3 Delineamento da Pesquisa.....	50
3.4 Atores da Pesquisa.....	51
3.5 Coleta de Dados.....	53
3.6 Análise de Dados.....	58
4 Analisando a “teia”	60
4.1 O pensar dos atores organizacionais.....	60
4.1.1 Centro Cultural Coco de Umbigada.....	60
4.1.2 Centro de Cultura Luiz Freire.....	64
4.1.3 Graúna – Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento.....	69
4.1.4 Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda – FAPCO.....	77
4.1.5 Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária Nabi – CEPECAC Nabi.....	83
4.1.6 Ministério da Cultura - Representação Regional Nordeste.....	86
4.1.7 Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo – SEPACCTUR.....	90
4.2 (Re)construindo a Política Pública Cultural de Olinda.....	95
5 Conclusão	101
Referências	105
APÊNDICE A –lista de entrevistas	111

1 Introdução

É natural no homem reunir-se em comunidades. De acordo com Aristóteles (1998, p. 15), “o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social” e é na *polis* que o homem encontra a possibilidade de desenvolver sua potencialidade, pois, sendo por natureza um animal social; mesmo que não necessite de assistência mútua, ainda assim deseja viver em união. É, pois, na *polis*, vivendo em sociedade que o homem constrói as grandes tecnologias sociais, como a lei, a justiça e a política.

Efetivamente, o homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas podem sê-lo em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidade morais o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais [...] (ARISTÓTELES, 1988, p. 16).

Assim sendo, de acordo com Aristóteles, a impiedade e a selvageria da espécie humana são controladas na *polis*, pois esta possibilita o desenvolvimento de qualidades morais discutidas e inculcadas através da *palavra*, um instrumento político por excelência.

É na *polis* que a palavra deixará de se limitar ao domínio privado e passará a reinar absoluta no domínio público. Esse espaço público será representado pela *ágora*, a praça onde ocorrerão os debates contraditórios, a discussão e a argumentação. Como consequência, os conhecimentos e os valores não são mais conservados, como garantia de poder, no recesso de tradições familiares; ao contrário, são agora levados à praça pública sujeitos à crítica e à controvérsia (VERNANT, 1990, p. 83).

Para Aristóteles (2001) a comunidade política é a mais elevada forma de comunidade tendo por objetivo, o bem maior dos cidadãos. Então, para atingir este objetivo, foram criadas neste tipo de comunidade, as condições para o desenvolvimento das mais sofisticadas tecnologias da inteligência humana, dentre elas; a política.

De acordo com Arendt (2000, p. 35), “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência”. A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. A família compunha o mundo da necessidade, enquanto a *polis* formava o mundo da liberdade (ARENDR, 2000). Oriunda da palavra *polis*, que se refere à cidade e como consequência ao que é público (BOBBIO, 2000), a definição de política se modificou ao longo do tempo, resultado do dinamismo das atividades dos próprios homens, convivendo em sociedade. Foi então, a partir da *polis* grega, que se instituiu o conceito de política como sendo a arte do bem comum, o governar para o povo.

Para Platão, “o político não se diferencia dos demais homens por nenhuma qualidade [...] a não ser por conhecer melhor os fins da *polis*, oferecendo uma luz que guie os homens entrevados nas sombras da caverna” (MAAR, 2004, p. 31). Aristóteles (2001) entende a política como a ciência do bem com vistas ao homem, trabalhando o conceito de política como o ‘bem supremo dos homens’, embasando na política a idéia do bem comum, harmonizando o coletivo social.

Ao longo da Idade Média desenvolveu-se uma nova forma de conceber o Estado, com o surgimento da figura do ‘príncipe’, de Maquiavel, cujo intuito era gerir essa nova forma, baseada na “verdade efetiva” dos fatos e não na utopia. A obra de Maquiavel foi um marco divisor na história das teorias políticas. A partir de então, ficam evidenciadas duas fases distintas: *fase da utopia* – ou vir a ser – anterior ao tipo de análise empírica realizada por Maquiavel e que propunha a criação de um Estado vinculado à construção de modelos ideais, e *fase da realidade* – ou ser – na qual a análise da sociedade somente seria possível a partir da verdade efetiva dos fatos humanos, afastando-se de especulações (SADEK, 2005).

Sob a visão de Maquiavel a política passa a distinguir o Estado do governo. “O governo é o agente da atividade política de um Estado e, esta agência política impõe condições e exigências. Para ser governo, é preciso se subordinar à lógica própria da atividade do Estado, em todos os seus detalhes” (MAAR, 2004, p. 36) de modo que a política passa a ser “a arte do possível”, vez que, esta se encontra acessível a quem tiver capacidade de se tornar um ‘agente’. Assim, a partir de Maquiavel desenvolve-se um novo campo de estudos, a ação política, que procura estabelecer uma ordem coletiva estável e segura; ordem que somente pode ser criada no Estado, resultado de um empreendimento humano coletivo (CHISHOLM, 2004).

Refletindo sobre a ação política no Brasil, constata-se que a Constituição de 1988 tenta consolidar uma nova ordem no Estado. A “arte do possível” toma o processo de redemocratização do Estado como um modo de inserir novas bases de organização delineadas através da descentralização e da participação social a fim de constituir práticas pouco usuais no país.

A partir da Constituição de 1988, a descentralização e a participação constituem-se nos princípios de organização das políticas públicas. O poder passa a ser distribuído entre as três esferas de governo – nacional, estadual e municipal – e a participação, sob um caráter sócio-político, procura dar centralidade à sociedade no ordenamento estatal.

O retorno a uma ordem federativa, devolve autonomia aos estados e estendendo-a também aos municípios, que foram elevados à categoria de entes autônomos, passando a assumir todas as prerrogativas decorrentes desse novo *status* (MARQUES, 2004). E, nessa proposta de nova ordem estatal, o governo federal passa a ser, prioritariamente, um coordenador de políticas públicas em referência a um projeto nacional, enquanto os municípios assumem a responsabilidade pela definição e execução das políticas (CUNHA; CUNHA, 2002).

De acordo com Arretche (2004, p. 20), “a autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo Federal. [...] [E], em tese, as garantias constitucionais do Estado federativo permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda na área social.” Nesse sentido, a democratização política também tem se destacado na gestão das cidades (DOWBOR, 1998; FIGUEIREDO, 2003).

Para a elaboração das novas políticas públicas faz-se, então, necessária a participação de diferentes atores sociais, representando os interesses da sociedade. Amantino-de-Andrade e Arenhart (2005, p. 39), analisando a política de saúde em municípios gaúchos, consideram que a participação da comunidade local é fundamental para a construção dessa nova condição política, através da definição de metas coletivas de interesse público de forma que ela adquira forte relevância na condução integrada política e administrativamente no desenvolvimento das políticas públicas.

Demo (1996, p. 18) considera que a participação social é um “*processo*, no sentido legítimo do termo”, isto é, um “infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”; sem um ponto final, que se constrói culturalmente. A dimensão cultural contribui para a redefinição do poder local e vem ganhando estatura numa concepção de cultura em que há lugar para o cidadão comum como ator histórico, consumidor e produtor de bens culturais. Assim sendo, os espaços para o desenvolvimento de novas formas de organização de políticas ampliaram-se e ganharam projeção com a participação de novos agentes e de novas localidades, pois são os atores sociais, culturais e políticos que dão reconhecimento e legitimação ao local (GOHN, 2003, p. 35).

A cultura passa a ser reconhecida e valorizada como componente fundamental da identidade de grupos humanos, promovendo não apenas o reconhecimento de uma identidade nacional, mas também se inserindo na consolidação de práticas políticas (WEFFORT, 1998).

O Estado formaliza tal visão em seu marco legal apoiando, incentivando, valorizando, difundindo e protegendo manifestações culturais, auxiliando em sua perpetuação e preservação conforme o artigo 215 da Constituição Federal:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

Entretanto, nos anos 1980, a lei de incentivo fiscal, conhecida como Lei Sarney, traduziu uma forma de descentralização e de participação da sociedade, representada apenas pelas organizações privadas, a partir da preservação e financiamento da cultura, enquanto, nos anos 1990, a Lei Rouanet, não alterou significativamente este quadro de modo a facilitar que os governos locais e a sociedade pudessem eleger a cultura como prioridade. Apesar de sua importância, pois é através dela que os indivíduos e a comunidade “elaboram seus modos de pensar e sentir constrói seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3), ou seja, a cultura como o todo que compõe as características de uma sociedade.

Em 2004, a proposta de criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) aproxima-se desse ideal. Embasado em quatro pilares: articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, estes têm como ponto central a sociedade no processo de definição de políticas e de investimentos visando articular atores governamentais e não-governamentais para disseminar e desenvolver a cultura nacional a partir de uma gestão democrática. O SNC, que tem como objetivo.

Implementar uma política de cultura democrática e permanente, pactuada entre os entes da federação, e com a participação da sociedade civil, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional de Cultura, promovendo desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultural nacional (BRASIL, 2006a)

A partir da assinatura do protocolo de intenções, que visa o “estabelecimento de condições institucionais para a implantação do Sistema Nacional de Cultura” (BRASIL, 2006a) em que há um compromisso, tanto os Estados quanto os municípios signatários, em

“consolidar e assegurar os planos, conselhos e fundos estaduais e municipais de cultura” (BRASIL, 2006a).

Nesse sentido, o município de Olinda realizou em outubro de 2005 a sua 1ª Conferência Municipal de Cultura para discutir necessidades e propostas na elaboração de políticas do setor contribuindo na construção do SNC, como também para que governo e sociedade pudessem estabelecer diretrizes na implantação de uma política que contemplasse a diversidade cultural da cidade.

Olinda, não apenas por ser umas das cidades pernambucanas de maior riqueza cultural, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, título concedido pela UNESCO, desde 1982, é também a Primeira Capital Brasileira da Cultura. E, é nesse contexto que se estabelece um processo de mudança e (re) construção da política cultural desse município, através de uma participação ativa e enfática que se pode acompanhar ao longo de quatro meses do ano de 2005, em eventos como: reuniões do Fórum dos Artistas e Produtores Culturais de Olinda (FAPCO), reuniões preliminares para a elaboração da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Olinda e Pré-Conferências Preparatórias para a Conferência Municipal.

Surge então, dentro desse contexto, a preocupação quanto a real participação dos atores organizacionais e sua compreensão quanto à importância de sua inserção nesse processo de construção de uma rede que emerge por entre organizações governamentais e não-governamentais, na definição da política pública de cultura no município, originando assim o seguinte problema de pesquisa:

Como os atores organizacionais participam na configuração de uma rede, entre organizações governamentais e não-governamentais, para (re) construir a política pública cultural no município de Olinda?

1.1 Objetivos

Para melhor compreender a pergunta de pesquisa, foram formulados os objetivos descritos a seguir:

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como os atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, configuram uma rede participativa visando a (re) construção da política pública cultural no município de Olinda.

1.1.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de facilitar o encadeamento do projeto de pesquisa, os objetivos específicos foram divididos da seguinte maneira:

1. Identificar os principais atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, envolvidos na (re) construção da política pública cultural de Olinda.
2. Identificar o papel dessas organizações governamentais e não-governamentais envolvidas na (re) construção da política pública cultural no município.
3. Caracterizar a participação dos atores organizacionais na definição da política pública cultural no município de Olinda, a partir da tipologia de Foladori.
4. Analisar a relação desses atores na configuração de uma rede, visando a (re) construção da política pública cultural no município de Olinda.

1.2 Justificativa

A Constituição de 1988, procurando consolidar a democracia, instituiu a participação e a descentralização como pontos básicos para a formação de políticas públicas no país. É sabido que a criação de políticas públicas vem como “resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo” (CUNHA; CUNHA, 2002, p.12).

Tendo claro esse ponto, a importância desse trabalho consiste, *a priori*, em detectar se realmente há uma participação no momento em que os atores percebem o seu papel na construção de uma rede entre organizações governamentais e não-governamentais para definir a política cultural do município. Com isso procura-se analisar a percepção desses atores organizacionais quanto a sua participação na (re) construção política pública cultural no município de Olinda a partir da formação de uma rede de organizações governamentais e da sociedade.

A formação de uma rede tem como princípio básico a **descentralização** e a **participação**, pois a noção de rede estudada pelas Ciências Humanas enfoca a idéia de rede como movimento social de atores de forma coletiva em que “subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma visão do processo de mudança social – que **considera fundamental a participação** cidadã - e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 24 – grifo nosso). Assim sendo, esta análise poderá oferecer subsídios diretamente para o município em questão e indiretamente para a Nação; quanto à identificação de uma real coesão e participação efetiva da sociedade dentro do processo de reestruturação de políticas públicas em que o país se encontra.

Ao analisar tal participação espera-se apresentar a todos os partícipes – organizações governamentais e não-governamentais – do processo de (re) construção, indicativos de fatores facilitadores e limitadores para a configuração dessas “redes” que visa dotar o município de

Olinda de uma política pública cultural democrática gerida conjuntamente pelo governo e a sociedade.

2 Fundamentação Teórico-Empírica

Neste capítulo serão analisadas as principais contribuições relacionadas às políticas públicas no Brasil, sendo abordados os cenários anterior e posterior a Constituição Federal de 1988, dando ênfase à política cultural e as abordagens de redes no contexto da gestão pública, como base para análise da política pública do município de Olinda.

2.1 As Origens da Instituição Política Brasileira e a Constituição de 1988

É importante procurar contextualizar como se desenvolveram as políticas públicas no Brasil até a promulgação da Constituição em 1988, para se entender o caminho trilhado nestes cinco séculos, que se inicia de um modo autoritário e centralizador até a necessária aprendizagem para a construção da cidadania, da participação popular e da descentralização.

Em primeiro lugar, salientar que ao descobrir e colonizar o Brasil, os portugueses não pretenderam lançar, nas regiões do novo mundo, os fundamentos de uma nação independente. O objetivo não foi plantar a semente de um país autônomo e de um povo independente, de criar uma estrutura administrativa que possibilitasse a sua futura emancipação, ao contrário, o propósito foi predatório e de exploração, o que dificultou o desenvolvimento de uma cultura própria, emancipatória e orgulhosa das próprias origens (CORBISIER, 1959).

De acordo com Prado Júnior (1999, p. 11), “a colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução”, tendo em vista a imensidão do novo território, a

visível ausência das cobiçadas especiarias orientais e as notícias pouco animadoras dadas pelos navegadores, como Américo Vesúcio: “pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito” (apud PRADO JÚNIOR, 1999, p. 12).

A colônia era um problema que precisava de uma solução, pois se as novas terras ficassem abandonadas, franceses, espanhóis, holandeses e outros povos que se arriscassem a incursionar pelo Novo Mundo a ocuparia, o que não convinha à Coroa portuguesa. A ocupação do Brasil iniciou-se como um empreendimento político através da posse da terra e como empreendimento econômico por meio da implantação de uma atividade de exploração para gerar riquezas à Coroa portuguesa com o estabelecimento da agromanufatura açucareira.

Foi, então, implantado o sistema de capitâneas hereditárias que, segundo historiadores como Bueno (2003) e Cotrim (1995), tiveram êxito apenas em São Vicente e em Pernambuco. Esta última, denominada capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia foi doada a Duarte Coelho, que bem administrou a cultura da cana-de-açúcar, colocando a colônia no mapa do comércio internacional, dando início a um processo que favoreceu:

A devastação das matas, a escravização indígena em larga escala, os desatinos do monopólio e da monocultura, a infâmia inominável do tráfico negreiro, a vertigem do lucro fácil, o latifúndio, **a pirâmide social exclusivista**, a ganância desenfreada – vícios que o Brasil, em vez de sanar, incorporou (BUENO, 2003, p.44 – grifo nosso).

Com o fracasso do sistema de capitâneas hereditárias, o governo português percebeu a necessidade de participar mais ativamente do processo colonizador e, assim sendo, foi realizada a primeira tentativa de centralização do poder: a criação de um governo-geral, que de acordo com Faoro (2001, p. 169), “era o meio mais adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do novo mundo.” No entanto, o sistema de governo-geral apenas alterou o sistema de capitâneas, uma organização política própria no país que somente começa se alterar quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Tomé de Souza, primeiro governador-geral, foi enviado para a Bahia com uma grande expedição e instruções específicas para colonizar e estabelecer um governo central na colônia. Trouxe consigo homens indicados para

vários cargos administrativos, tais como capitão da guarda costeira, provedor-mor, e, mais ainda, ouvidor geral (SCHWARTZ, 1979, p. 23).

Ainda que, mesmo de modo incipiente, o início do Estado brasileiro pode ser datado na implantação do Governo-Geral em Salvador na Bahia, no ano de 1549, cuja primeira função, além de garantir o funcionamento da indústria açucareira e da extrativista, era garantir para Portugal a posse da nova colônia. Esse sistema de governo-geral vigorou durante todo o período colonial e, administrativa e politicamente, funcionava como:

O sistema de manda quem pode e obedece quem tem juízo, aberto o acesso ao apelo retificador do rei somente aos poderosos. O funcionário é à sombra do rei, e o rei tudo pode: o Estado pré-liberal não admite a fortaleza dos direitos individuais, armados contra o despotismo e o arbítrio (FAORO, 2001, p.198).

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, coincidiu com o desenvolvimento da Revolução Industrial, que inviabilizou o sistema colonial mercantilista e deu início ao processo de independência. A partir de então,

Começava, efetivamente, a história de nossa independência política. Mas essa independência foi limitadíssima em termos sociais e econômicos. Até hoje, continuamos atrelados à vontade das grandes potências. E a maioria do povo ainda permanece oprimida, vítima da miséria e do desamparo educacional (COTRIM, 1995, p. 140).

O momento decisivo para a formação do Estado nacional brasileiro iniciou-se com a proclamação da independência em 1822, quando oficialmente foram rompidos os laços com a Coroa portuguesa, embora, de acordo com Prado Júnior (1999) tenha se concluído apenas em 1831, “com a abdicação de D. Pedro I que chega a revolução da Independência ao termo natural de sua evolução: a consolidação do ‘estado nacional’” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 64).

É importante salientar que a Independência foi feita “praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 52-53). Ou seja, o povo não participou sequer das

grandes decisões e rupturas que tornaram o Brasil uma nação. Neste contexto, torna-se fundamental questionar se em tal Estado existiam nação e cidadania (a não ser a circunscrita aos latifundiários), tendo em vista que da vida civil e política estavam excluídos escravos, brancos pobres e índios.

Embora o Estado brasileiro tenha se consolidado apenas no século XIX, com a proclamação da República, as suas instituições já existiam há mais de 450 anos e, ao longo desses quatro séculos e meio de história, apresentaram as mais diversas formas. O Estado brasileiro tem sido, ao longo do tempo, gradativamente nacionalizado e colocado a serviço mais do crescimento econômico do que do desenvolvimento social.

Isso talvez se deva ao que Holanda (1995) observou em *Raízes do Brasil*:

É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foi de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade (HOLANDA, 1995, p. 160).

A independência brasileira foi um processo totalmente controlado pela elite dominante, que teve como objetivo preservar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa em relação à metrópole, não se preocupando em minorar ou sanar as injustiças sociais, mantendo inclusive o regime de escravidão. De acordo com Costa (1978, p.121), a organização política refletiu os anseios dos grupos sociais que financiaram o movimento da independência, interessados em manter a estrutura de produção baseada no trabalho escravo, organizando o Estado sem colocar em risco o domínio econômico e social e garantindo as relações externas de produção.

A primeira Constituição brasileira foi outorgada por D. Pedro I, em 1824, após destituir a Assembléia Constituinte e ordenar ao exército que invadisse o plenário (COTRIM, 1995).

Após a outorga da constituição de 1824 D. Pedro I governou o país como um déspota , seu reinado despótico findou em 1831 quando abdicou do trono, o que deu início a um período de transição política em que houve a concretização da hegemonia da elite agrária, comercial e burocrática, mesmo havendo inúmeras manifestações contrárias, “após conturbado período regencial o Estado brasileiro estava plenamente organizado, fundado na monarquia, unidade, centralização, elitismo e escravismo” (VICENTINO, DORIGO, 1997, p.178). Tal período regencial apresentou algumas variações que oscilaram entre centralização e descentralização, dentre elas o Ato Adicional de 1834 acarretando uma emenda na Constituição vigente, no entanto com o Golpe da Maioridade a centralização política, o centralismo oligárquico, passava a ser a garantia de ordem na unidade nacional.

Com a queda da monarquia e a proclamação da república em 1889 surgem expectativas de um Brasil embasado na soberania popular, no exercício pleno da cidadania. A República da Espada, assim conhecida pelo marco de governos militares, extinguiu as instituições imperiais, transformou o país em república federativa e se mostrou como uma Constituição bastante liberal, porém tal democracia liberal na realidade foi inexistente.

Com a revolução de 1930 Getúlio Vargas vai ao poder contra a própria oligarquia que dominava o país, inicia-se assim a era Vargas, que se prolongou por 15 anos período conturbado marcado por revoluções, uma nova constituição e um período de ditadura. Com propostas vagas de redemocratização a Revolução Constitucionalista de 1932 foi um “movimento reacionário uma vez que as forças que o lideravam (oligarquia cafeeira) pretendiam retornar ao poder [...]” (VICENTINO, DORIGO, 1997, p. 354). Em 1934, a fim de acelerar o processo de redemocratização foi promulgada a Constituição de 1934, que trouxe, dentre outros pontos, o voto secreto e o voto feminino, visto como ampliação da participação política do povo. Em 1937 é constituído o Estado Novo, início da ditadura no país. A constituição de 1934 é então abandonada e é outorgada a primeira constituição

republicana autoritária do Brasil, a Constituição de 1937, com fortes características centralizadoras – como o governo de Vargas – tal constituição demandava enorme concentração de poder ao chefe do Executivo, mantendo a centralização política.

Após a queda de Vargas em 1945 foi instalado um novo regime o Liberal Populista, e juntamente com ele uma nova constituição. Em 1946 foi promulgada uma nova constituição brasileira que trazia consigo os princípios federativos da Constituição de 1891 e as idéias liberais da Carta Magna de 1934. Em 1951 Vargas retorna ao poder, através de eleição e voto direto, porém devido a pressões comete suicídio e em 1956, eleito, Juscelino Kubitschek toma posse, deu-se início assim à era desenvolvimentista do Brasil. Por conseguinte, após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assume dentro de um delicado regime parlamentar, que precedeu à volta do presidencialismo ainda no mesmo governo. Com medidas radicais e a antecipação da “reforma urbana”, em seu comício na Central do Brasil em 31 de março de 1964, Jango antecipa o golpe militar, demonstrando com isso que o populismo ainda era frágil, provocando seu colapso.

O regime militar instaurado em 1964 durou mais do que o previsto e só em 1985, é instalado um novo governo, eleito através de voto indireto, um passo importante para a redemocratização do país.

O Estado, a partir da promulgação da Constituição de 1988, passou a ter a democracia como forma de governo para o Brasil. Estado democrático, no sentido idealizado de “forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo” (BOBBIO, 1987, p.135).

A função de gestão deve ser embasada a partir da necessidade da sociedade, uma vez que a democracia é um sistema político no qual cabe ao povo o direito de decidir sobre as questões importantes de políticas públicas que regem a nação (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.179). Trata-se de substituir o Estado burocrático por um novo

modelo em que a participação e descentralização estejam implícitas em suas necessidades como pilares que embasem a democracia no sentido estrito da palavra.

O Estado democrático emerge a partir da necessidade de maior participação da sociedade no que diz respeito à luta pelos seus direitos, tendo como conseqüência a satisfação de suas necessidades. Para que haja essa transformação de Estado burocrático para Estado democrático, segundo Kliksberg (1997) é necessário um ‘redesenho profundo’ para

Abrir plenamente o Estado à participação dos cidadãos, descentralizar, criar condições para que se produzam aos públicos transparentes, desburocratizar, favorecer todas as formas de co-gestão dos cidadãos, ativar instituições permanentes de participação [...], renovar constituições, implantar sistemas políticos que favoreçam o contínuo amadurecimento dos cidadãos e a organização e expressão da sociedade [civil] (KLIKSBERG, 1997, p.57).

Antes, o Estado brasileiro passou por diversas fases, alternância de poder em que prevaleceu a centralização e o autoritarismo e, é somente na década de 80, com o início do processo de redemocratização que se passa a enfatizar a descentralização e participação visando uma reforma do Estado e a construção de “um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia dos serviços públicos” (PAES DE PAULA, 2005, p.37).

Como destaca Santos (2002), a reforma do Estado se coloca sob duas concepções opostas em diversos países, no que ele conceitua como Estado-empresário e Estado-novíssimo-movimento-social. O primeiro com a proposta de um isomorfismo por parte do Estado em relação ao mercado, o segundo numa incorporação da sociedade no Estado.

Paes de Paula (2005), analisando o contexto histórico brasileiro, identifica ao longo dos anos de 1990, dois modelos de gestão pública relativos a esses processos de reforma do Estado: a administração pública gerencial e societal. O primeiro, embasado em princípios gerencialistas como esteio para a administração pública, objetivando com a reorganização do aparelho do Estado, fortalecer o núcleo estratégico, trabalhando com a gestão pública a partir

das ferramentas gerenciais utilizadas no setor privado (como programas de qualidade e reengenharia), sempre nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. O segundo, a administração pública societal, trabalhando na inserção da sociedade quanto à participação na gestão pública, a partir da democracia representativa e participativa, dando ênfase à dimensão sociopolítica.

	Administração pública gerencial	Administração pública societal
Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.	Movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes.
Projeto político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.	Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa	Dimensão sociopolítica.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado nos três níveis governamentais	Não há uma proposta para a organização do aparelho do estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública.
Abertura das instituições políticas à participação social	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.	Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.	Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.

Quadro 1: Variáveis observadas na comparação dos modelos

Fonte: Paes de Paula (2005, p. 41).

O Quadro 1 mostra uma síntese da análise comparativa da autora, na qual pode-se observar a tendência atual do Estado de enfatizar a gestão social e a participação, o que reflete diretamente na elaboração das políticas públicas a serem desenvolvidas e reestruturadas.

Uma mudança estrutural, para que se possam cumprir novos papéis que caracterizem o Estado democrático, são focados em questões como a reestruturação dos processos para elaboração de políticas públicas adequadas. Esta mudança tende a possibilitar a constituição de um Estado-rede através da substituição da estrutura piramidal; flexibilização estrutural;

descentralização da ação do Estado; foco no imbricamento entre Estado e sociedade através da participação do cidadão no processo de construção de um Estado participativo e democrático (KLIKSBURG, 1997).

Participação para que se faça cumprir a função do Estado de “instância instrumental da sociedade” (DEMO, 1996, p. 32), a partir de uma sociedade organizada. Porém, tal processo não se dá em sua totalidade sem que haja a conquista da participação. Assim, a participação torna-se então ponto fundamental para a construção de uma política pública democrática.

Democracia no sentido de promover a descentralização do poder e a participação efetiva da sociedade tanto com voz e voto quanto em sua elaboração. Conforme Demo (1996) “em tese, o Estado seria a organização da sociedade [civil] em função dos interesses da sociedade [civil], já que os detentores do poder teriam nada mais que um mandato de representação a partir da sociedade” (DEMO, 1996, p.29).

De acordo com Bobbio (1987), a sociedade civil pode ser entendida sob duas perspectivas: está condicionada a noção que temos de Estado, e delimitando sua extensão. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Serão levados em consideração, para composição de tal conceito, os três parâmetros utilizados por Cohen em sua explanação sobre sociedade civil. Para Cohen a sociedade civil é composta por três parâmetros analiticamente distintos: a pluralidade, a publicidade e a privacidade. Pluralidade no que diz respeito “à associação voluntária, que incluía as interações face a face e as organizações nacionais baseadas na iniciativa de grupos locais” (COHEN, 2003, p.424). Publicidade no que diz respeito a ser público e, privacidade referindo-se à autonomia do partícipe a partir de seus direitos. Como Cohen (2003) mostra:

A moderna sociedade [civil] “autônoma” nasceu de processos de constituição e mobilização independentes. Institucionalizou-se e se generalizou mediante leis e direitos subjetivos que, por sua vez, estabilizaram a diferenciação social. Por isso, é importante salientar que o

aparecimento da sociedade civil aconteceu junto com o desenvolvimento do moderno Estado territorial soberano (COHEN, 2003, p. 423).

Surge assim, a necessidade de organizações governamentais e não-governamentais trabalharem em conjunto em busca de tal desafio, através de uma construção conjunta, unindo-se uns aos outros de forma contínua e gradativa, por conseguinte formando um todo maior que a soma das partes, apoiando-se na descentralização e na participação social. Descentralizar no sentido de “trazer para junto dos usuários o poder de decidir” (JUNQUEIRA, 2004, p.130). E participar, através da atuação efetiva da sociedade na ‘formulação’ das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Políticas essas, dentre outras, que regem o Estado, as políticas públicas.

2.2 Política Pública Cultural em Ação

As políticas públicas, conforme Cunha e Cunha (2002, p. 12), “têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo”. Não no sentido público dado por Gohn (1999), que na explanação do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, define público como “sinônimo de estatal. É de propriedade estatal. E mais, o público é o estatal governamental, ou seja, produzido, gerido e mantido pelos órgãos governamentais” (GOHN, 1999, p. 91), mas sim como normas e regras públicas no sentido dado por Pereira (1994), em que.

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas por cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões e ações públicas, que afetam a todos (PEREIRA, 1994 apud CARVALHO et al, 2002, p. 12).

A cultura está atrelada a uma transformação contínua produzida pelo homem vivendo em sociedade. Isto é, “a idéia de que desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem” (FURTADO, 1984, p. 105) uma vez que elas se efetivam quando essas capacidades humanas conduzem “a criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade” (p. 107).

Em certo sentido, essa relação entre cultura e desenvolvimento tem sido tratada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), desde o final dos anos 60. A partir do processo de descolonização e emancipação política dos povos, foram reivindicados direitos para a sua inserção na modernidade com base em suas próprias tradições e seus modos de vida, o que gerou a aprovação, na Conferência Geral da UNESCO, em 1966, da Declaração Solene sobre os Princípios da Cooperação Cultural Internacional.

Neste documento, afirma-se que toda cultura tem seu valor e dignidade e precisa ser respeitada e protegida e que todo povo tem o direito de desenvolver sua cultura (UNESCO, 2006). Traz-se à tona a necessidade de um debate de como integrar essas culturas ao processo de desenvolvimento, descobrindo como “olhar o modo de produção hegemônica, arrancar suas máscaras, minar suas forças, derrubar suas arquiteturas de poder e de saber [...] por mais totalitárias que sejam as dominações políticas, não deixam de existir os espaços de resistência” (REZENDE, 2004, p. 52).

Para auxiliar na construção dessa nova realidade foi promovida uma série de conferências internacionais, iniciadas pela Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, ainda em 1970, na cidade de Veneza, que teve como ponto principal de discussão a importância da diversidade e da singularidade cultural para o progresso humano e desenvolvimento mundial, seguida de outros encontros continentais, entre os anos de 1972 e 1978, para trabalhar a idéia central da Conferência de Veneza sob os contextos europeus, asiáticos, africano e latino-americano.

Em 1982, foi realizada a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT). Seus participantes, representando países de diversos continentes, chegaram a um denominador comum para o conceito de cultura, resultando numa definição irrevogavelmente ligada a idéia de desenvolvimento. Esta conferência definiu cultura como “o conjunto dos diferentes traços, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, [englobando], além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”, de forma que um desenvolvimento equilibrado só possa ser assegurado mediante a “integração dos fatores culturais nas estratégias para alcançá-lo” (UNESCO, 2006). Trata-se assim a questão da política cultural em termos mundiais vinculada ao desenvolvimento das sociedades.

No Brasil, Celso Furtado (1984) constrói a idéia de que é necessário para preservar a cultura mantê-la em sua base, fortalecendo-a e não trazê-la para um centro de valores à qual ela não pertence. A cultura se desenvolve através de um fortalecimento e expansão em sua origem e não por meio de um deslocamento na adoção de outros valores, pois no momento em que houver esse movimento, ela é adaptada e isso pode causar a morte da essência cultural do povo. Furtado (1984), nega assim essa tendência da cultura brasileira em ser isomórfica, isomorfia que intoxica e resseca as nossas raízes culturais com sistemas simbólicos importados. Um “problema que se coloca [...] um pouco por toda parte, na medida em que a produção de bens culturais transformou-se em ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamentos, base de criação de grandes mercados” (FURTADO, 1984, p. 31).

Para Celso Furtado (1984), o Brasil se encontra numa crise não sendo apenas decorrente do reajuste da economia mundial, mas também, em grande parte, a manifestação antecipada de um impasse resultante entre a reprodução da “cultura material do capitalismo

mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais” (FURTADO, 1984, p.29). Entretanto, ele vê por meio de uma política de desenvolvimento uma maneira de libertar a cultura dentro do seu contexto local, sem necessitar transpô-la para o centro da sociedade capitalista e gerar com isso sua descaracterização para que ela não seja limitada ao estímulo do consumo de bens culturais (FURTADO, 1984).

Conforme o autor “em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça” (FURTADO, 1984, p. 32). Conseqüentemente, o processo de desenvolvimento acontece à medida que novas bases sociais possam surgir e ser concretizadas através de uma intencionalidade histórica na realização de um projeto de transformação social, sendo este o foco estratégico de uma política cultural a fim de possibilitar a realização de potencialidades coletivas da sociedade de forma que “a política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (FURTADO, 1984, p. 32).

O desenvolvimento serviria à cultura através da liberação da diversidade de modos de vida como direitos fundamentais do ser humano e não contrariamente por uma submissão a uniformização trazida pelo sistema simbólico capitalista. A política cultural estaria direcionada a ‘regar as raízes culturais’ através da livre expressão de sistemas de valores, tradições e crenças na preservação da identidade de grupos sociais e da própria identidade nacional.

No Brasil, na década de 80, com o processo de redemocratização em destaque, que tem como base os princípios fundamentais da organização de políticas públicas é criado o Ministério da Cultura (MinC). Com uma pasta específica para cultura surgem atos normativos que têm como objetivo incentivar a cultura nacional. Atos esses, como as leis de incentivo à cultura (a exemplo a Lei Sarney e Lei Rouanet), que traduzem uma forma de descentralização

e participação da sociedade. Com isso, o Estado passa a responsabilidade do investimento da cultura para o setor privado, o que ocasiona uma deturpação quanto à visão do que é cultura. O mercado passa a perceber a cultura apenas como um produto, e sob a óptica do mercado vira apenas 'objeto' deixando de constituir-se em ação. Ou seja, é visto exatamente o inverso do proposto por Furtado (1984), em virtude do momento neoliberal vivido pelo país, em que o mercado, que não tem percepção real do sentido da cultura no desenvolvimento de um país, passa a ser indiretamente o regulador das políticas culturais.

Entretanto, como salienta Kliksberg (2001) ao analisar o contexto latino-americano, a cultura deve ser vista como

um fator decisivo de coesão social. Nela, as pessoas podem reconhecer-se mutuamente, cultivar-se, crescer em conjunto e desenvolver a auto-estima coletiva. Como assinala a respeito Stiglitz (out. 1998), preservar os valores culturais tem grande importância para o desenvolvimento, já que funcionam como uma força coesiva numa época em que muitas outras estão se enfraquecendo (KLIKSBERG, 2001, p. 123).

A cultura de um povo é seu esteio, sua base, e a partir dela pode-se obter o desenvolvimento, através de uma construção conjunta entre Nação e povo tendo a cultura como mola propulsora. A cultura pode, e deve, manter viva não só a identidade, mas a auto-estima das pessoas a ela pertencentes, valorizando as raízes. Como diz Fuentes, referindo-se à América Latina:

alucinados pelo progresso, acreditamos que avançar era esquecer, deixar para trás as manifestações do melhor que fizemos: a cultura riquíssima de um continente índio, europeu, negro, mestiço, mulato, cuja criatividade ainda não encontra equivalente econômico e cuja continuidade ainda não encontra correspondência política (FUENTES apud KLIKSBERG, 1997, p. 37).

De volta ao cenário nacional, em 2003, com o novo governo, o Estado retoma uma posição mais diretiva em relação à política cultural, e com isso volta seus esforços à implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O objetivo do SNC, é incentivar a criação de políticas públicas que assegurem direitos culturais, não se tornando assim apenas políticas de governos, mas compondo-se no intuito do vir-a-ser de uma política de Estado.

Tal viabilização da política pública depende, principalmente, da participação da sociedade civil, com o objetivo de definir prioridades, controlar e acompanhar as metas estabelecidas; cumprindo assim, papel decisivo na construção dos sistemas culturais públicos e do Estado democrático. A descentralização se dá pela óptica da necessidade de respeitar a diversidade da nação.

Trata-se de uma mudança estrutural para que se possam cumprir novos papéis que caracterizam o Estado democrático. Uma reestruturação nos processos de elaboração das políticas públicas em que a participação da sociedade é significativa para essa construção.

Participação para que se faça cumprir a função do Estado como “instância instrumental da sociedade” (DEMO, 1996, p. 32), respaldado na sociedade organizada. Porém, tal processo não se dá em sua totalidade sem que haja a conquista da participação por parte da mesma como ponto fundamental para a construção de uma política pública democrática.

Uma política cultural, fomentada pelo Estado, que estimule e auxilie o desenvolvimento da cultura a partir da base, pois, políticas culturais elaboradas sem participação daqueles que desenvolvem a cultura passam a ser normas fictícias. A política pública cultural, nesse aspecto necessita ser vista não como “uma proposta estrutural, uma estrutura vazia a ser preenchida com conteúdos os mais diversos (COELHO NETTO, 1989, p.19), mas sim como um guia, em que a estrutura será elaborada a partir das necessidades emergentes da própria base, isto é, da sociedade”.

Conforme Botelho, a política pública deve ter “a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los [...] reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área tem no conjunto das necessidades da nação [...]” (BOTELHO, 2001, p.15). Nesse ponto cabe ao Estado o papel de fomentador na política pública cultural, ou seja,

aquele que vê com clareza os problemas que afetam a área cultural em todos os elos da cadeia da criação [...] e sabe se posicionar, dividir responsabilidades com potenciais parceiros governamentais em todas as instâncias administrativas e, finalmente, conclamar a sociedade a assumir sua parte (BOTELHO, 2001, p.15).

A política pública cultural tem como objetivo orientar aqueles envolvidos com a cultura. De fazer a sociedade tornar-se responsável pelo desenvolvimento e promoção da cultura pela ação de seus participantes, visto que a cultura “é *tudo* que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p.4).

Deve-se levar em consideração também que por ser o homem um ser mutante e a cultura um resultado de suas ações, há de se ter assim a cultura como algo em constante movimento acompanhando essa dinamicidade. Cultura em evolução, no sentido de ser “[...] um processo com início claro e armado, mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais se deva necessariamente passar – já que não há um ponto terminal ao qual se pretenda ou espere chegar” (COELHO NETTO, 1989, p.12). Coelho Netto traz a noção de que a ação cultural é a cultura em movimento, é o agir para a formação e desenvolvimento da cultura; num processo infundável, inerente à dinâmica cultural.

Desta forma a ação cultural é vista como “um conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural [...] de modo a promover, digamos, uma distribuição mais equitativa da cultura, de suas apregoadas benesses” (COELHO NETTO, 1989, p.10). Ação gerada pelos agentes culturais, que iniciam um processo que não tem fim previsto, que desenvolve a noção de democracia no sentido literal da palavra, o que traz como base estrutural para tal democracia a organização da participação daqueles envolvidos através da elaboração de uma política pública cultural condizente com a necessidade dos mesmos. Um trabalhar para fazer cultura, segundo Coelho Netto (1989), não tendo término, uma vez que a cultura, sendo o cotidiano, apresenta uma evolução contínua, a partir dos agentes que a originam.

2.3 Participação e Rede Política

Para criar uma política pública cultural é necessário que haja uma interação e articulação entre os partícipes, uma vez que existe a proposta de se trabalhar com os dois eixos da política pública, para a elaboração de uma política pública cultural, embasada na descentralização e participação social. No entanto, para que se efetive essa participação social, se faz mister que tal ação inicie pela base, na origem, ou seja, a partir daqueles inseridos no município. Segundo Botelho (2001),

Se for possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, uma ação privilegiada municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural (BOTELHO, 2001, p. 7).

Assim sendo a participação assume papel fundamental na construção de políticas públicas de um regime democrático. Cunha Filho (2004) expõe a idéia de participação através da representação de interesses dos indivíduos, afirmando que

No plano da ciência política, a idéia basilar da representação de interesses é bastante simples e consiste na convicção de que a formação da lei, enquanto expressão da vontade coletiva, será mais que perfeita, útil, exequível, justa e, principalmente, correta se decorrer do somatório da vontade dos diversos segmentos sociais, isto porque ninguém melhor que os próprios interessados para saber suas reais necessidades (CUNHA FILHO, 2004, p. 78)

Vale ressaltar que o conceito de participação evoluiu ao longo do tempo, Foladori (2005) apresenta através do quadro abaixo essa evolução e suas respectivas características:

Tipologia	Características
Participação passiva	Representantes não eleitos e sem poder. Recebem informação de mudanças sem poder de decisão. Contribuem eventualmente com recursos (materiais ou com trabalho) sem nova aprendizagem.
Participação funcional	Agências externas exigem participação para reduzir custos ou com outros objetivos. Podem eventualmente participar em pequenas decisões, uma vez que as principais foram definidas.
Participação interativa	Participação conjunta em análise e desenvolvimento de projetos. Fortalecimento de instituições locais. Metodologias interdisciplinares multi-propósito. Na medida em que os grupos têm controle sobre as decisões locais, e determinam como serão utilizados os recursos, têm interesse na manutenção das estruturas ou práticas.
Empoderamento para a própria Mobilização	Participação para mudar sistemas com independência das instituições externas. Estabelecem contatos com instituições externas para assessorias técnicas e de recursos, não obstante, conservam o controle sobre como usar tais recursos. A automobilização pode se expandir se os governos e as ONGs oferecem suporte que o permita. Essas mobilizações auto-iniciadas podem ou não questionar a distribuição da riqueza e do poder

Quadro 2: Tipologia e evolução do conceito de participação

Fonte: Foladori, 2005, p.73 – tradução livre

A participação precisa ser percebida como processo constituído a partir do ato de conquistar tal direito, representando assim à aquisição do respeito perante o Estado. Conquista no sentido de não poder ser ofertada ou preexistente, pois, quando há oferta, há também a delimitação de seu espaço quanto à atuação e, quando preexistente anula o ato da conquista, abrindo espaço para uma ação clientelista e manipuladora por não ter sido conquistada por meio de defesa de direitos. Conquista também no sentido de ser capaz de se unir em prol de um determinado objetivo, que no caso é conquistar a participação no processo de construção de uma política pública (DEMO, 1996).

Participação não somente como forma de ação na construção da política pública, mas também como meio para desenvolver a capacidade crítica - no sentido de balizar e influenciar nas decisões - a partir do ponto de vista dos partícipes. Conforme Lucas (1985), “a participação não só ajuda as pessoas a interpretar o fenômeno do governo como uma forma de ação, mas leva-as a criticar a partir do ponto de vista de agentes, e não de espectadores” (LUCAS, 1985, p.112).

Cunha Filho (2004), trata a participação como a possibilidade dos atores sociais, como indivíduos ou inseridos em organizações civis, disporem de poder não só opinativo como

também deliberativo. Dessa forma, as organizações, no caso das políticas culturais, as “organizações culturais [...] participam [...] na construção de uma consciência de identidade e de cidadania” (CARVALHO et al., 2004, p.1).

Arendt (2000, p. 31) afirma que "todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos". E, sabendo-se que política só existe no momento em que existe convívio entre homens, se faz mister a construção de um espaço que, além de promover o debate amplo no interior da própria sociedade civil a respeito de temáticas excluídas da agenda pública, se constitua como espaço de ampliação e democratização da gestão estatal. Tal espaço Dagnino (2002) denomina de espaço público.

A partir dessa necessidade e sob o contexto da descentralização e da participação social, surge a proposta de construção de redes. Conforme Junqueira (2004, p. 137), trata-se da construção de relações entre atores sociais que têm “uma causa compartilhada para a construção do novo”.

Etimologicamente, a palavra rede é derivada do latim *rete*, que significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido (FERREIRA, 1993). Para Castells (2000),

rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. [...] A topologia definida por redes determina a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós (CASTELLS, 2000, p. 566).

O conceito de rede abrange diversos aspectos, de acordo com a área de atuação. Para Mance, ao tratar das redes de colaboração solidária,

a idéia elementar de rede é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede

representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCIE, 2000, p.23 e 24 apud RIGHI, 2002, p. 38 e 39).

Para os movimentos sociais compreende-se como rede “as articulações formais ou informais, entre indivíduos, grupos ou organizações da sociedade [civil] que visam a realizar reivindicações, trocar experiências e informações, somar recursos, formular projetos e promover ações públicas, em geral” (PASSADOR, 2003, p.3). Por sua vez, Junqueira (2004) trabalha a noção de rede, dentro do contexto das políticas sociais, como sendo o interagir das pessoas, instituições, famílias, municípios e estados voltado para um ideal coletivo pré-estabelecido.

O termo rede é utilizado para designar as relações entre atores em busca de um objetivo comum otimizando os recursos disponíveis, trabalhando na coletividade, mas sem, a princípio, perder a individualidade. As redes abrem espaço para a participação do indivíduo através da articulação entre os entes participantes da mesma, de forma descentralizada e democrática, sem deixar de otimizar os recursos disponíveis (JUNQUEIRA, 2000).

Para que tal interação seja harmônica a Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS (2006) expõe um código de conduta de participação dos atores sociais em uma rede a partir dos seguintes aspectos:

Pactos e Padrões de Rede: sem intencionalidade uma rede não consegue ser um sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades (intencionalidade aqui não possui um sentido teleológico, muito pelo contrário, mas significa a declaração de suas intenções de rede). A comunicação e a interatividade se desenvolvem a partir dos pactos e dos padrões estabelecidos em comunidade. Uma rede é uma comunidade e, como tal, pressupõe identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável. É a própria rede que vai gerar os padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. É a história da comunidade e seus contratos sociais.

Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos.

Participação: A participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade de seus integrantes.

Colaboração: a colaboração entre os integrantes deve ser uma premissa do trabalho. A participação deve ser colaborativa.

Multiliderança e horizontalidade: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.

Conectividade: Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.

Realimentação e Informação: Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos, sendo encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação. O importante nesses fluxos é a realimentação do sistema: retorno, feedback, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisas.

Descentralização e Capilarização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial. Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos - "filhotes" da rede -, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

Dinamismo: Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica, cujo movimento ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. As redes são multifacetadas. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova (RITS, 2006 - grifo nosso).

Ou seja, conforme o código de conduta dos atores em uma rede para a RITS (2006), rede é um conjunto de atores com valores e objetivos compartilhados que através destes objetivos se movem em direção ao seu alcance, regidos por pactos e padrões, que visam estabelecer a convivência de forma "capilarizada", descentralizada e interligada entre si.

Dentre essa miscelânea de conceitos e enfoques, Inojosa (1999) elabora uma tipologia e classifica as redes de acordo com as relações entre parceiros e com base no foco de atuação. Considerando as relações entre parceiros as redes são subdivididas entre redes autônomas ou orgânicas, redes tuteladas e redes subordinadas, cujas características podem ser observadas no Quadro 3 abaixo:

REDE SUBORDINADA	REDE TUTELADA	REDE AUTÔNOMA
<ul style="list-style-type: none"> * entes são parte de uma organização ou sistema * existe uma interdependência de objetivos * a articulação independe da vontade dos entes * há apenas um lócus de controle 	<ul style="list-style-type: none"> * entes têm autonomia mas articulam-se sob a égide de uma organização * rede fica dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador * ente mobilizador tende a ficar como lócus de controle 	<ul style="list-style-type: none"> * entes são autônomos e articulam-se voluntariamente * pressupões uma idéia-força mobilizadora * a rede é aberta e trabalha por pactuação * as identidades dos parceiros são preservadas e é construída uma identidade da rede * o controle é compartilhado

Quadro 3 : Tipos de rede quanto à relação entre parceiros

Fonte: Inojosa, (1999, p. 120)

Em relação à classificação das redes quanto ao seu foco de atuação, Inojosa (1999) apresenta dois tipos: as redes de mercado e as redes de compromisso social, conforme quadro 4.

REDES DE MERCADO	REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> - são redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços - visam a complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado - as relações são perpassadas pelos interesses do mercado e podem oscilar entre cooperação e competição - a relação de parceria das redes de mercado tendem a ser de subordinação ou tutela 	<ul style="list-style-type: none"> - são redes que têm como foco questões sociais - visam a complementar a ação do Estado ou a suprir sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social - as relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária - demandam estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição

Quadro 4: Tipos de redes quanto ao foco de atuação

Fonte: Inojosa (1999, p. 121)

De acordo com Castells (2000, p.108), uma rede “pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações. [...] A lógica das redes é necessária para estruturar o não-estruturado, porém, preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana”. Essa necessidade de

construção de uma rede com flexibilidade, dentro do universo de políticas públicas, traz à tona o conceito de *policy network* (rede política), que pode ser definida como:

um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vinculam a uma variedade de atores que partilham interesses comuns em referência a uma política, e que trocam recursos para perseguir esses interesses partilhados, admitindo que a cooperação seja a melhor maneira de alcançar as metas comuns (BORZÉL, 1997, p. 2) (tradução livre).

Quando se fala em redes políticas, ou *policy network*, é preciso esclarecer determinados pontos que a compõem para que não haja uma idéia errônea sobre tal conceito que ocasione um desvio de interpretação. Conforme Marin e Mayntz (1991) a rede política existe a partir de ações coletivas organizadas por atores organizacionais e as relações entre esses atores, relações interorganizacionais, no fazer uma política pública. É importante salientar também que “o conceito da rede política chama simplesmente a atenção ao fato de que os participantes em um processo de decisão coletivo estão ligados freqüentemente e preferivelmente de modo lateral (ou horizontal) do que verticalmente” (MARIN, MAYNTZ, 1991, p.15) (tradução livre).

De acordo com esses autores, a *policy network* (rede política) pode variar em determinadas dimensões como nível territorial, estabilidade e foco de ação, no entanto, tal variação ocorre dentro de determinados limites inerentes à política. Esses limites configuram a rede política a “estar ancorada em setores que requerem ação coletiva, constituindo-se em um composto de atores incorporados estruturados por meio de relações interorganizacionais em que a interdependência é predominantemente informal e horizontal. Porém, nas redes políticas não excluem as interdependências assimétricas que regem as relações de poder. Essas redes são, portanto, definidas funcionalmente pela formulação e pela implementação da política, não privilegiando atores centrais ou hegemônicos, como também não sendo constituída por muitos participantes, caracterizando-se pela “interação estratégica e a

predominância de cooperação antagônica ou *mixed-motive games*” (MARIN, MAYNTZ, 1991, p.18) (tradução livre).

3 Metodologia

Palavra de origem grega, “metodologia significa o pensar (*logos*) sobre um caminho (*ódos*) para se chegar a um determinado objetivo (*meta*)” (MATOS; VIEIRA, 2001, p.57). Assim sendo, a metodologia de uma pesquisa científica tem por objetivo delimitar os caminhos que devem ser percorridos pelo pesquisador, procurando “analisar os procedimentos lógicos de validação e a propor critérios epistemológicos de demarcação para as práticas científicas [...]” (BRUYNE *et al.*, 1977, p. 29). As reflexões metodológicas são aspectos fundamentais na formação do espírito científico, contribuindo para “desvendar falsidades, distorções e manipulações nos diversos tipos de pesquisa” (THIOLLENT, 1980, p. 83). Metodologia é, conforme Minayo (1994), o conjunto de técnicas que viabilizam, a partir da teoria, alcançar os objetivos estabelecidos na realidade.

Nessa seção serão abordadas as questões norteadoras da pesquisa, os métodos e técnicas que foram utilizados para a viabilização da pesquisa a fim de desvelar o objeto de estudo.

3.1 Perguntas de Pesquisa

O intuito das perguntas de pesquisa é expor o problema de pesquisa procurando fornecer detalhes para o seu desenvolvimento. As perguntas servem para identificar o problema de pesquisa (COLLIS; HUSSEY, 2005): **Como os atores organizacionais participam na configuração de uma rede, entre organizações governamentais e não-governamentais, para (re)construir a política pública cultural no município de Olinda?**

Com a finalidade de orientar o trabalho de investigação, norteando o estudo, foram definidas as seguintes perguntas de pesquisa, a saber:

1. Quais são os principais atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, envolvidos na (re)construção de política cultural de Olinda?
2. Qual o papel desses atores organizacionais na (re)construção dessa política pública cultural municipal?
3. Como é caracterizada a participação dos atores organizacionais na definição da política pública cultural do município de Olinda, a partir da tipologia de Foladori (2005) ?
4. Como é a relação desses atores na configuração da rede, visando a (re) construção da política pública cultural de Olinda?

Observa-se que essas perguntas construíram-se em um norte para a pesquisa, conforme enfatiza Triviños (1985, p. 107), pois em um estudo qualitativo “as perguntas geralmente evoluem durante o processo de pesquisa e podem precisar ser refinadas ou modificadas à medida que o estudo progride” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 125).

3.2 Definições Constitutivas (DC) e Operacionais (DO)

De acordo com o contexto alguns termos adquirem interpretações distintas, no intuito de evitar dubiedade no entendimento desse trabalho, os termos norteadores da pesquisa foram definidos constitutivamente e explicitada a sua operacionalização visando encontrar seus correlatos empíricos que possibilitem a pesquisa em questão (GIL,2006). São eles: rede, participação e política pública cultural.

Seguem abaixo termos norteadores para a execução de tal pesquisa, embasado no referencial teórico e sua aplicabilidade no referido trabalho.

- **REDE:**

DC: relações entre atores em busca de um objetivo comum otimizando os recursos disponíveis, trabalhando na coletividade mas sem, a princípio, perder a individualidade (JUNQUEIRA, 2000).

DO: operacionalizada pela identificação, ou não, da configuração de uma rede objetivando a (re) construção da política pública cultural no município de Olinda.

- **PARTICIPAÇÃO:**

DC: possibilidade dos atores, como indivíduos ou inseridos em organizações, disporem de poder não só opinativo como também deliberativo (CUNHA FILHO, 2004).

DO: caracterizada a participação dos atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, na (re) construção da política pública cultural no município de Olinda a partir da tipologia de Foladori (2005).

- **POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL:**

DC: política pública cultural, nesse aspecto necessita ser vista como um guia, em que a estrutura será elaborada a partir das necessidades emergentes da própria base, isto é, da sociedade.

DO: operacionalizada através do movimento de configuração de rede para a (re) construção da política pública cultural no município de Olinda.

3.3 Delineamento da Pesquisa

De acordo com Morgan e Smircich (1980), Merriam (1998), Denzin e Lincoln (2000) e Patton (2002), a pesquisa qualitativa ainda é pouco reconhecida no campo organizacional.

Merriam (1998) identifica cinco tipos principais de pesquisa qualitativa: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. A autora também indica que as questões que norteiam uma pesquisa qualitativa geralmente são feitas com os pronomes interrogativos “como” ou “por que”.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, uma vez que procura compreender o significado das construções [...] dentro de um contexto (MERRIAM, 1998) com uma visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística. Conforme Richardson (1999, p. 80),

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa trabalha com um ‘nível de realidade’ que não é quantificável, buscando abranger um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21-22), o que corresponde a um campo de relações, processos e fenômenos em que não se consegue mensurar as variáveis.

Quanto à tipologia de pesquisa qualitativa proposta por Merriam (1998) foi feito um estudo de caso. O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo: procura alcançar uma compreensão abrangente do grupo em estudo e, ao mesmo tempo, tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais. (BECKER, 1997). Nesse sentido apesar do caráter ‘particularizante’ e do poder de generalização limitado do estudo de caso (BRUYNE *et al.*, 1977), os achados desta pesquisa

podem ser utilizados como formas de aprofundar o entendimento da gestão descentralizada e participativa em outros municípios.

Um caso, de acordo com Patton (2002), pode ser constituído por indivíduos, grupos, programas, organizações, culturas, regiões, Estados, incidentes críticos, fases na vida de uma pessoa, ou seja, qualquer evento que possa ser definido como um sistema delimitado, específico, único. Merriam (1998) também considera o estudo de caso como uma observação minuciosa de um contexto, de um indivíduo, de uma fonte de documentos ou de um evento específico.

Foi analisado o município de Olinda pela sua importância perante a cultura nacional, importância tal, reconhecida nacionalmente através do título de “Primeira Capital Nacional da Cultura”. Berço da cultura Pernambucana, Olinda tem sua estrutura voltada para as várias formas de expressão popular, do coco de umbigada ao frevo, passando pelos bonecos gigantes de Olinda, tudo respira cultura, raízes de um povo que luta para se manter viva e perpetuar sua história, crenças, valores, mitos, sua força, oriunda da evolução cultural.

3.4 Atores da Pesquisa

Identifica-se como sujeitos da pesquisa os atores organizacionais, organizações governamentais e não-governamentais, que estão diretamente ligados – entendendo-se como diretamente ligados, que exercem influência – no processo de (re)construção de políticas públicas no município de Olinda. A identificação de tais atores organizacionais se deu através da participação ativa dos mesmos no processo de (re)construção da política pública cultural do município de Olinda. Participação essa identificada através das atas de presença dos seguintes encontros: pré-conferências, Conferência Municipal e ao menos cinco presenças nas reuniões do grupo de formação do Conselho Municipal de Cultura.

A partir de tais critérios, acima mencionados, foram selecionados os seguintes atores organizacionais:

- Atores organizacionais não-governamentais:

- 1) Centro Cultural Coco de Umbigada: Ponto de Cultura que dissemina o coco de umbigada.
- 2) Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF): organização não-governamental voltada para a radicalização da democracia na sociedade, tendo como campo de atuação, dentre outros, a democratização da gestão pública. (CCLF, 2006).
- 3) Graúna – Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento, organização não-governamental feminista, de caráter educacional e cultural.
- 4) Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda (FAPCO): “espaço aberto para a cultura olindense, aglutinando os mais diversos agentes da cadeia produtiva de nosso município” (FACPO, 2006).
- 5) Centro de Estudos e Pesquisas Educação e Cultura e Ação Comunitária Nabi (CEPECAC Nabi): organização não-governamental que tem como atividade a disseminação a educação e cultura.

-Atores organizacionais governamentais:

- 1) Ministério da Cultura (MinC) – Representação Regional do Nordeste: representando o governo federal, responsável pelo início do SNC, que tem como objetivo

Implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, pactuada entre os entes da federação, e com a participação da sociedade civil, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional de Cultura, promovendo desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 2006a).

2) Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda (SEPACCTUR): representando a esfera municipal, principal esfera nessa pesquisa por estar diretamente ligada com o campo de estudo, o município de Olinda.

A aproximação se deu a partir de um contato prévio com os envolvidos em uma reunião no Centro de Convenções que teve por finalidade explicar os passos que seriam tomados para a preparação da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Olinda. Um evento onde diversos atores olindenses (sociedade e governo) debateram sobre o assunto em questão. Assim sendo, a pesquisadora a partir de sua percepção entrou em contato (informalmente durante o intervalo) e solicitou autorização para acompanhar a preparação dos atores participantes até o dia da conferência. Por parte da sociedade, foram acompanhadas as reuniões do FACPO, da SEPACCTUR junto com a FACPO e sociedade para a organização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Olinda, as pré-conferências e a própria 1ª Conferência Municipal de Cultura de Olinda.

Esse primeiro contato com o campo empírico auxiliou na detecção dos principais atores organizacionais envolvidos na configuração da rede. Apesar de não existir em alguns desses grupos estruturas formais, todos demonstraram, em sua formação, conforme Sá (1998), interesses e um senso de identidade comuns.

3.5 Coleta de Dados

Por dados pode-se entender “todo tipo de informações que o pesquisador reúne e analisa para estudar um determinado fenômeno social” (TRIVIÑOS, 1985, p. 141). De acordo com Cooper e Schindler (2003) a classificação dos dados, em secundários e primários, se dá pela veracidade dos mesmos e pela sua proximidade com o fenômeno (COOPER;

SCHINDLER, 2003), assim sendo entende-se como dados secundários os dados que apresentam ao menos um nível de interpretação entre o fato e o registro; os dados primários são “buscados por sua proximidade com a verdade e controle sobre o erro” (COOPER; SCHINDLER, 2003, p.84).

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas a entrevista não diretiva, a observação direta e a pesquisa documental, o que possibilitou o emprego de uma triangulação dos dados, objetivando “abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1985, p.138). A triangulação é um processo que se utiliza de várias formas de percepção para uma melhor compreensão do fenômeno analisado (STAKE, 2000), ajudando a esclarecer e a enriquecer o conhecimento sobre o caso estudado.

A coleta de dados iniciou-se com a observação direta e coleta de documentos, numa segunda etapa a observação direta foi substituída pelas entrevistas não diretas, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

TRIANGULAÇÃO	DADOS PRIMÁRIOS	ENTREVISTA NÃO DIRETIVA	atores organizacionais não-governamentais	nov/06 à dez/06	Centro Cultural Coco de Umbigada Centro de Cultura Luiz Freire Trupe Graúna FAPCO CEPECAC Nabi
			atores organizacionais governamentais		MinC - Representação Regional NE SEPACCTUR
		OBSERVAÇÃO DIRETA	atores organizacionais não-governamentais	ago/05 à dez/05	Reuniões do FAPCO
			atores organizacionais governamentais + não governamentais	set/05 set/05 à out/05 out/2005 nov/05	Reuniões da SEPACCTUR + sociedade civil para estruturar as Pré-Conferências e a Conferência Municipal de Cultura de Olinda Pré-Conferências 1ª Conferência Municipal de Cultura de Olinda Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco
	DADOS SECUNDÁRIOS	COLETA DE DOCUMENTOS	atores organizacionais governamentais + não governamentais	ago/05 à mar/07	Centro Cultural Coco de Umbigada Centro de Cultura Luiz Freire Trupe Graúna FAPCO CEPECAC Nabi MinC - Representação Regional NE SEPACCTUR

Quadro 5: Representação gráfica dos dados coletados

Fonte: elaborado pela autora

A entrevista, conforme Haguette (2001, p. 86), é “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Para tal trabalho foi utilizada a entrevista não diretiva, que “permite ao entrevistado desenvolver suas opiniões e informações de maneira que ele estimar convincente” (RICHARDSON, 1999, p. 210), cabendo ao entrevistador o papel de norteador e orientador da entrevista, objetivando detectar o impacto de idéias e a percepção dos partícipes com relação à sua participação na rede construção da política pública cultural olindense. Foram feitas sete entrevistas das quais cinco com atores organizacionais não-governamentais e duas com atores organizacionais governamentais. No início de toda entrevista foi explicado ao entrevistado o objetivo da entrevista e da pesquisa, ficando assim o

mesmo, ciente do que se tratava a pesquisa, e ao mesmo tempo livre para abordar o tema da forma que mais lhe conviesse. Ao final de cada entrevista, cabia ao entrevistado fornecer, nome, formação, idade como também, confirmava a sua função e tempo na organização. Ao longo da entrevista o entrevistador evitou ao máximo intervir, ocorrendo apenas interrupções quando o entrevistado fugia do foco da entrevista.

A observação fortalece os dados obtidos através da entrevista e deve reunir não apenas as percepções visuais, mas também procurar interpretar as manifestações sensíveis, os enunciados não verbais (ADLER; ADLER, 1998).

Em um estudo qualitativo, é importante “calcular a quantidade correta de participação e o modo como se deve participar, tendo em mente o estudo que se propôs elaborar” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 125). Tomando como referência a tipologia dos papéis do observador desenvolvida por Gold (1958, apud BOGDAN e BIKLEN, 1994; FLICK, 2004), que propõe um *continuum*, onde nos extremos se situam o participante completo e o observador completo, neste trabalho o papel do observador localizar-se-á próximo ao observador completo. A observação direta ocorreu em três momentos, nas reuniões do FAPCO, nas reuniões da SEPACCTUR com a sociedade civil para estruturação das Pré-Conferências e Conferência Municipal de Cultura de Olinda e na Conferência Estadual de Cultura.

No primeiro momento, em respeito ao grupo, os partícipes foram informados do papel da pesquisadora, entretanto, o objetivo da pesquisa não foi explanado para que não houvesse viés devido à mudança de comportamento dos envolvidos. O acompanhamento das reuniões ocorreu ao longo de aproximadamente quatro meses, entre 22 de agosto a 05 de dezembro de 2005, no total de dez encontros. Em todas as reuniões, foi acompanhada a chegada dos integrantes, o que proporcionou começar a observação antes do início das reuniões, obtendo assim importantes dados quanto ao objeto de estudo.

Nas reuniões da SEPACCTUR com a sociedade civil, a observação direta ocorreu durante o mês de setembro de 2005, as reuniões eram semanais e ocorriam na própria SEPACCTUR. Os participantes também foram informados da presença da pesquisadora, porém sem explanação sobre o objeto de estudo.

No terceiro momento, nas Pré-Conferências, Conferência Municipal de Cultura de Olinda e na Conferência Estadual de Cultura, a presença da pesquisadora foi comunicada aos organizadores, porém não foi possível informar a todos os participantes em virtude do grande número de pessoas.

Ao longo da observação direta foi utilizado um diário de campo, composto por um pequeno cabeçalho norteador com os seguintes dados: data, início e término da reunião, pauta da reunião, participantes, relacionamento entre os membros, posse de informações e sentido da comunicação (quem fala e quem ouve). As anotações foram feitas em duas etapas, a primeira, durante as reuniões, onde eram observados aspectos referentes ao roteiro; e a segunda, após a reunião, onde eram feitas observações específicas e/ou complementares.

A pesquisa documental é uma fonte importante de coleta de dados nos estudos qualitativos, consistindo de materiais físicos, visuais e escritos sobre o tema (MERRIAM, 1998). A análise de documentos como relatórios, memorandos, listas de presença e atas referentes aos assuntos apresentados, discutidos e aprovados ou não nas reuniões foram utilizados “como fontes de férteis descrições de como as pessoas que produziram os materiais pensam acerca do seu mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.176). Os dados documentais produzidos pelos atores organizacionais foram também utilizados e confrontados com os dados obtidos nas entrevistas e na observação, o que servirá para o detalhamento e o enriquecimento na análise dos dados.

3.6 Análise de Dados

É típico de pesquisas qualitativas gerar uma grande quantidade de dados que necessitam ser organizados e compreendidos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDZNADJER, 2001) através de um processo continuado que deve se iniciar ainda na fase de coleta. A análise tem início com os primeiros dados coletados, pois os processos de coleta e de análise devem acontecer de forma simultânea (MERRIAM, 1998; PATTON, 2002).

Os dados precisam ser classificados, selecionados e interpretados dentro de um arcabouço coerente, no qual seja possível a identificação de dimensões, categorias, tendências, padrões e relações que ajudem a desvendar-lhes o significado. À proporção em que os dados foram sendo coletados, buscou-se identificar temas e relações e construir interpretações através de análise de conteúdo, uma vez que a mesma traz à tona o significado do conteúdo analisado buscando assim a informação do conteúdo analisado. Conforme Mucchielli (1991) “a análise da informação é a operação vital e crucial sem a qual não há uma utilização possível da informação, ou seja da informação como um todo” (MUCCHIELLI, 1991, p.5) – tradução livre.

De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

A análise de conteúdo tem início a partir da análise de textos, no caso dessa pesquisa oriundos e transcrições de entrevistas, o que permitiu “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e esteriótipos e compará-los [...]” (BAUER, 2002, p. 192) investigando assim “a compreensão dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação [...]” (CHIZZOTTI, 2001, p.99).

A análise dos dados se deu através da triangulação dos documentos coletados, entre agosto de 2005 e março de 2007, com os atores organizacionais e através dos órgãos públicos como o MinC, a prefeitura de Olinda e SEPACTTUR, cruzando os dados coletados com observação direta, entre agosto e dezembro de 2005, e através das entrevistas não diretivas realizadas entre novembro e dezembro de 2006. A partir da triangulação desses dados foi feita a análise do pensar desses atores organizacionais com relação à formação de rede para a (re)construção da política pública cultural do município de Olinda.

4 Analisando a “teia”

O presente capítulo tem como finalidade apresentar os dados coletados bem como sua análise.

Para tanto, como dado primário, foram coletadas sete entrevistas não diretivas, as quais foram norteadas a partir das categorias-chave utilizadas para a análise de conteúdo. Conforme tal método, foram classificados como categorias-chave os seguintes termos: rede, participação e política pública.

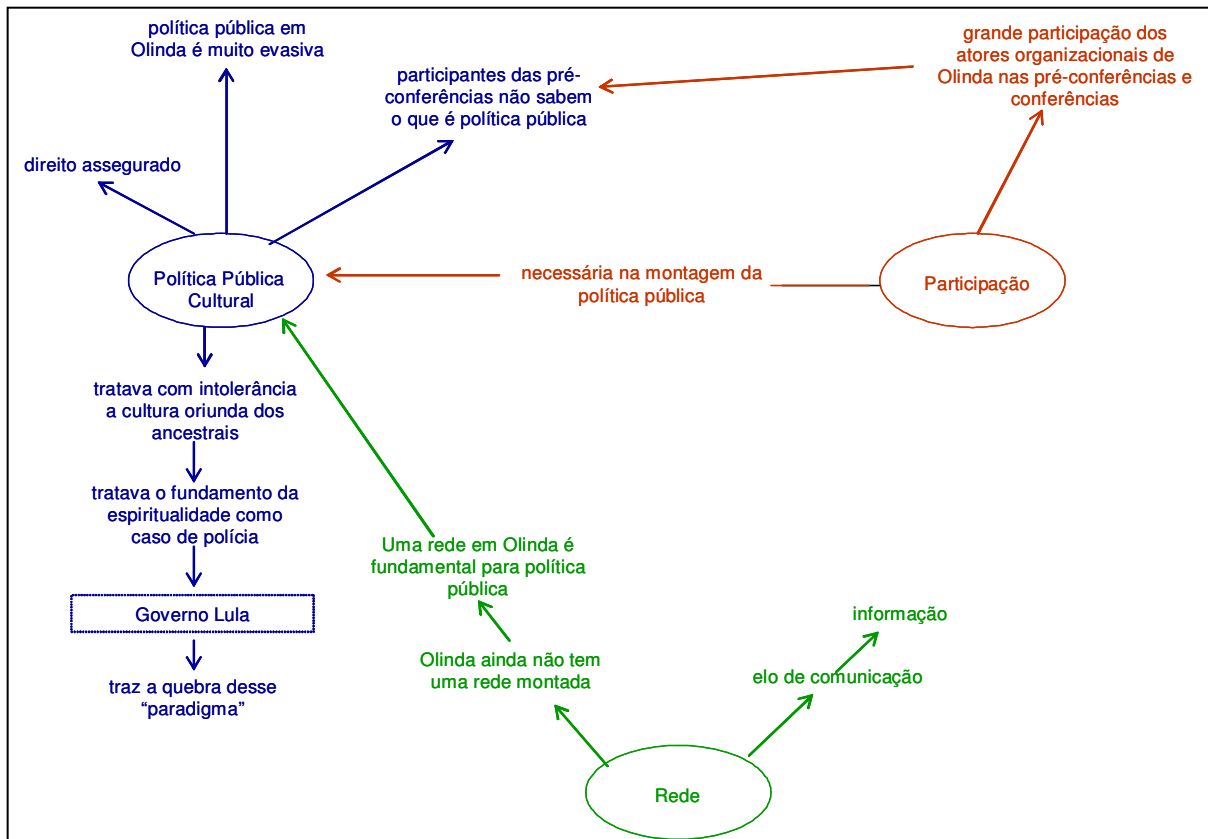
Através da análise de conteúdo e da montagem de diagramas, pôde-se observar as características de cada categoria-chave, as características e co-relações das categorias-chave, acima pré-estabelecidas, bem como o conteúdo relacionado às mesmas.

4.1 O pensar dos atores organizacionais

4.1.1 Centro Cultural Coco de Umbigada

O Centro Cultural Coco de Umbigada tem como objetivo estabelecer o convívio harmonioso e pacífico do passado com o presente, em prol da manutenção e continuidade da cultura afro-brasileira, dos terreiros de candomblé, através da brincadeira do coco e suas vertentes.

Figura 1: Representação gráfica do pensar do Centro Cultural Coco de Umbigada



Fonte: elaborada pela autora

A Figura 1, acima, demonstra o pensar do Centro Cultural Coco de Umbigada a partir da triangulação dos dados obtidos através de documentos, observação direta e entrevista, com relação à participação, e à configuração de uma rede para (re)construir a política pública cultural de Olinda.

A relação entre participação e política pública cultural se faz presente no momento em que a entrevistada 02 afirma que a participação é necessária na montagem da política pública cultural de Olinda. Ela avalia, no entanto que embora tenha uma grande participação dos atores organizacionais, tanto nas Pré-conferências como nas Conferências, ainda não sabem o que é política pública. No seu entendimento, a política pública ainda é muito evasiva e, na sua visão deveria ser enfocada como um direito assegurado. Remetendo ao passado, ela lembra da ‘inexistência’ de uma política pública cultural, no momento em que o Estado travava a cultura afro-brasileira através de uma batalha de intolerância com relação à espiritualidade, aos ritos

mitos e crenças do candomblé. Por isso, o seu entendimento de que o governo Lula traz como um marco na quebra desse paradigma, no momento em que as referências culturais afro-brasileiras existentes passam a ser vistas como algo cultural. Ela ressalta também a necessidade de uma rede, compreendida como elo de comunicação entre os atores da rede para troca de informação que, no atual momento é ainda inexistente, como fundamental para a política pública cultural, o que denota a necessidade de integração e participação dos atores envolvidos para alavancar tal processo.

A partir da definição de Cunha Filho (2004) de **participação**, e com base na tipologia de Foladori (2005), observa-se que o Centro Cultural Coco de Umbigada depreende que no atual processo a participação tem ainda um caráter funcional. De acordo com Foladori (2005), a participação funcional apresenta características limitadas de forma que organizações exteriores ao governo têm uma participação restrita. Isso se evidencia no momento que narra o processo de participação na Conferência Estadual de Cultura

[...] foi três dias de discussão o Estado todo, o interior, a Zona da Mata, o Agreste e a Região Metropolitana, então ta tudo ali e a gente tirou [...] essa documentação em cima dessas diretrizes desse eixo de Conferência Estadual de Cultura aqui em Pernambuco, e eu acho que agora a gente tem que se apropriar desse momento e começar a discutir e a cobrar e ver de que forma né? a gente vai poder implementar essas diretrizes aqui no Estado com essa nova gestão (ENTREVISTA 02).

É importante salientar que, tal participação da sociedade civil se deu em virtude da efetivação dos objetivos de implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que gira em torno da implementação de uma política pública de cultura permanente e de forma democrática nos estados e municípios (BRASIL, 2006a). E, essa caracterização da participação funcional se justifica, uma vez que tal participação ocorreu em virtude de uma exigência do Ministério da Cultura na organização do SNC, ou seja, conforme Foladori (2005) “agências externas exigem participação para reduzir custos ou com outros objetivos” (FOLADORI, 2005, p. 73). Especificamente, neste caso, refere-se aos objetivos de delinear

uma política nacional de cultura para o país sob o modo organizativo das demais política sociais, como a saúde e assistência social.

Entretanto, também se evidencia que essa organização tem um entendimento da participação em termos mais interativos, conforme a definição de Foladori (2005). Na entrevista, o Centro Cultural Coco de Umbigada demonstra intenções de realizar reuniões com outras organizações não-governamentais para dinamizar e organizar o processo,

[...] houve uma **mobilização grande, foram vários segmentos**, trouxe delegado de tudo que é segmento, foi muito representativo na Conferência Estadual, eu achei a Conferência Estadual muito boa, a bem da verdade assim achei maravilhosa aquela Conferência embora eu acho que a gente agora tem que se apropriar deste contexto saca? E... inclusive eu estou puxando uma reunião segunda-feira lá no teatro Armazém com várias lideranças aqui desse desse nosso Estado, as câmaras setoriais, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, músicos, artistas, produtores, Pontos de Culturas¹, matrizes africanas, todos esses segmentos, pra que a gente se aproprie deste momento pra gente [...] **trabalhar essas diretrizes** e começar a discutir com essa comissão de transição qual é o papel da cultura que é que eles têm para a cultura, discutir o nome do secretário, quem é que vai assumir essa pasta sabe? Porque eu acho que **a gente tem que se empoderar nesse momento**, já se foi o tempo que a gente não discutia então a política pública né... (ENTREVISTA 02 – grifo nosso).

Essa iniciativa releva os pressupostos de uma participação conjunta para analisar e desenvolver projetos, fortalecendo assim as instituições locais indicado por Foladori(2005) na sua tipificação de participação interativa. O que leva a questionar até que ponto as características tipicamente de participação funcional na implantação do SNC não podem ser transformadas para base mais interativas ao longo desse processo pelo menos no que concerne à (re)construção da política pública cultural de Olinda. Cunha e Cunha (2002) ressaltam que as **políticas públicas** têm sido criadas para satisfazer as necessidades oriundas da sociedade, representando assim o compromisso público para com a mesma em longo prazo. No que se refere ao Centro Cultural Coco de Umbigada, há uma compreensão de que a política pública

¹ Ponto de Cultura é a ação prioritária articuladora de todas as ações do Programa Cultura, “é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras.[...] Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.” (BRASIL, 2006a)

anterior ao SNC teve um caráter intolerante e repressivo, e que, somente, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura há uma transformação dessa realidade. A política se estabelece como um direito, “[...] direitos assegurados da cidadania das pessoas [...]” (ENTREVISTA 02), e se alinha à idéia de compromisso público com a sociedade. Entretanto essa compreensão ainda recai exclusivamente na idéia de conquista de direitos, não vislumbrando como tal compromisso assumido deve ser exigido e cobrado dos atores envolvidos, principalmente, os governamentais.

Nessa organização, o sentido de rede é “[...] comunicação [...] um elo de comunicação e informação [...]” (ENTREVISTA 02), ou seja, a rede é apenas um meio de comunicação entre indivíduos para divulgar e interagir. Não há, portanto, um entendimento de que a rede seria um meio para a busca de objetivos comuns e recursos como preconizado por Junqueira (2000), isto é, uma configuração estrutural.

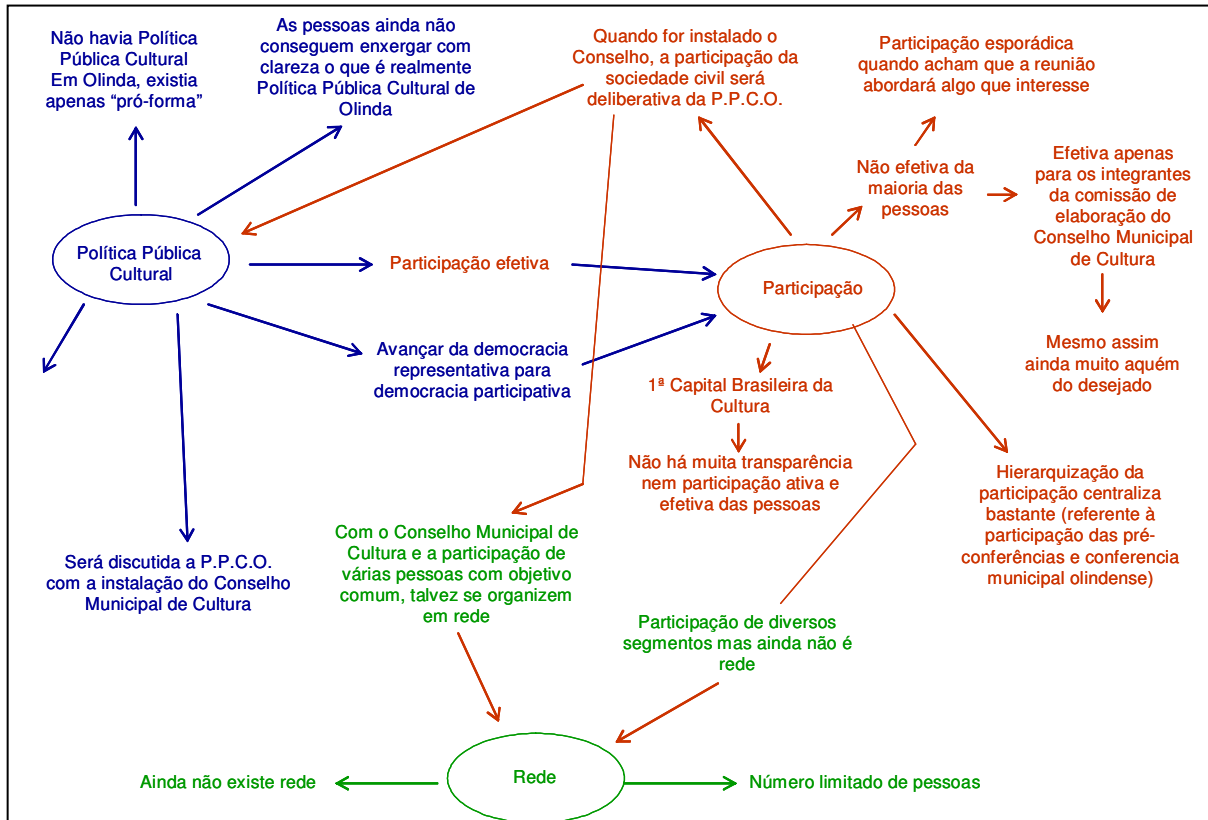
Entretanto, também há uma identificação da rede como um movimento “...eu acho que uma rede em Olinda ela, ela é necessária ela é fundamental por assim dizer, pra gente inclusive começar a fazer um grande movimento aqui...” (ENTREVISTA 02), o que pode ser interpretado como a necessidade de interligar os atores organizacionais para auxiliar na (re)construção da política pública cultural do município de Olinda.

4.1.2 Centro de Cultura Luiz Freire

O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) é uma organização não-governamental cuja missão é “contribuir para a radicalização da democracia na sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural” (CCLF, 2006). Tem como campo de atuação “as áreas de educação, comunicação e democratização da gestão pública,

desenvolvimento local, promovendo a equidade social, étnica, gênero e de geração” (CCLF, 2006), com o objetivo de “expandir, qualificar e consolidar a participação cidadã, a prática dos direitos humanos e da solidariedade, vivenciadas como processo educativo e cultural” (CCLF, 2006).

Figura 2: Representação gráfica do pensar do Centro de Cultura Luiz Freire



Fonte: elaborada pela autora

A compreensão de participação é clara para o CCLF, inclusive, porque está nos seus objetivos e missão promover e consolidar da participação cidadã. Para essa organização, quando tratada a participação na (re)construção da política cultural do município de Olinda, fica evidenciado que para outros atores envolvidos no processo não há uma clareza quanto ao conceito. Talvez, apenas para aqueles atores que fazem parte da Comissão de elaboração do Conselho Municipal de Cultura, e mesmo assim muito aquém do desejado, uma vez que não existe um total comprometimento dos participantes com as reuniões.

Um exemplo dado, é o momento em que Olinda foi decretada a primeira Capital Brasileira da Cultura em que não houve uma participação ativa da sociedade conjuntamente

com prefeitura nessa negociação. Entende-se assim que o poder deliberativo advindo da participação da sociedade civil, nas decisões referentes à política cultural do município, só será efetivo no momento em que o Conselho Municipal de Cultura for instalado, pois é no Conselho que a sociedade civil vai deliberar e ter poder de voz e voto.

Quanto à existência da política pública cultural, o CCLF enfatiza a inexistência da mesma, reiterando que a mesma só será instaurada no momento da instalação do Conselho, apesar de a sociedade ainda não enxergar com clareza o que realmente é política pública cultural. Assim, para o CCLF, uma construção da política pública cultural constitui-se em um marco de transição da democracia representativa para uma democracia participativa de modo que a sociedade civil, representada no Conselho, tenha voz e voto. E, é através da institucionalização do Conselho, com base na participação que se constituirá uma rede em que os atores envolvidos trabalhem em prol da construção de uma política pública de cultura.

Cunha Filho (2004) define o conceito de **participação** como a disposição de poder não apenas opinativo, mas, também, deliberativo dos atores (sociais ou organizacionais). Através da tipologia de Foladori (2005) constata-se que o Centro de Cultura Luiz Freire tem como princípio a idéia de participação interativa visando também um ‘empoderamento para a própria mobilização’ da sociedade civil no processo de (re)construção da política pública cultural do município de Olinda. Apesar de constar ainda uma participação passiva de outros atores envolvidos nesse processo, uma vez que ela é percebida como não, de caráter esporádico, e dependente da necessidade de instalação do Conselho Municipal de Cultura de Olinda, o que pode ser caracterizado como participação funcional, tendo em vista o reconhecimento de que a sociedade não compreende todo o seu significado.

Essa noção de participação funcional se constata na fala do entrevistado 01, principalmente, em referência ao SNC ao afirmar:

a gente tem que participar do Sistema² no formato, nos moldes que ele coloca, que ele prevê, ou se há uma flexibilidade de a gente estar participando do Sistema mas... [...] mas essa hierarquização de participação termina diluindo bastante, ou dilui ou centraliza em algumas poucas pessoas entendeu? [...] **é um processo democrático é, mas ainda é muito no âmbito da democracia representativa**, ainda não está tendendo pra democracia participativa [...] (ENTREVISTA 01 – grifo nosso)

Outro aspecto que caracteriza a participação funcional para essa organização é a necessidade de ainda fazer valer a idéia de participação da sociedade civil de modo mais participativo (democrático) no processo de implementação do SNC, ou seja, consolidando avanços na transformação de uma democracia representativa para a democracia participativa. Compreendendo que o processo participativo só avança quando o SNC transformar seus moldes, ainda hierárquicos e centralizadores, na construção da política cultural.

De acordo com Coelho Netto (1989), a política cultural se dá pela ação de agentes culturais, que pela participação organizam esta **política pública** em bases democráticas.. Ela é assim um guia, onde a estrutura é elaborada a partir das necessidades emergentes da própria base, isto é, da sociedade. No caso do CCLF, identifica-se esse entendimento na fala do entrevistado 01

política pública não é programa [...] **política pública é a organização**, [...] é o entendimento que você está construindo [...] garantindo direitos, [...] que está pautado num marco legal [...], a política pública sim, [...] não só se aprisiona a um marco legal, mas **está ouvindo as demandas da sociedade, das necessidades, da dinâmica social**. Política pública é orçamento previsto para a realização das ações [...], política pública é uma dimensão da política mais ampla é [...] agregar, [...] **é afirmar o processo democrático** [...] (ENTREVISTA 01 – grifo nosso).

Entretanto, percebe-se um entendimento da política cultural como organização, baseada no processo democrático que efetivada pela participação efetiva, tanto da sociedade como das organizações governamentais em parceria, produz uma estrutura que agrega esses atores. Essa compreensão se aproxima da idéia de **redes** no sentido da busca de objetivos

² O entrevistado 01 se refere ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), um sistema de “articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, pactuado entre os entes federados, com participação social”. (BRASIL, 2006a)

comuns e da otimização de os recursos disponíveis num trabalho coletivo estruturado indicado por Junqueira (2000). Dessa forma, o CCLF entende a rede

[...] **no âmbito das organizações da sociedade civil** [...] **uma estratégia**, [...] oportunidade de socializar tecnologias, aprendizados, intercâmbios temáticos [...] é **uma articulação** interessante porque ela prevê o fortalecimento, prevê uma ampliação de frentes de atuação. À medida que nós trabalhamos em redes eu conheço um pouco mais a sua temática, a tua linha de ação, sua linha ou as suas linhas metodológicas então, há troca metodológica, enfim é uma coisa bastante positiva. Mas muito assim... desenhar... vai depender do perfil das pessoas e das instituições que participam das redes [...] (ENTREVISTA 01– grifo nosso).

Assim, por compreender a necessidade de institucionalização da organização da política pública cultural do município de Olinda, não há uma percepção ainda dessa rede de política,

Não. Rede ainda não.[...] Existe sim, na prática, existe [...] um desenho de rede à medida que existem vários participantes de várias ... quer dizer a diversidade cultural ela está bem representada mas existem vários segmentos da área da cultura participando dessa comissão, se a gente dá um trato como rede, porque rede não prevê tão somente o debate mas ações também. Como é que, por exemplo, estaríamos integrando leitura e literatura com teatro, teatro com música, música com preservação, quer dizer, esse desenho a gente não tem na prática ainda, tem na prática as pessoas, as representações, mas não ainda na perspectiva de rede. **Eu acredito que seja inclusive um trabalho no âmbito, no conteúdo do que a gente propõe, quanto ao que vem a ser Conselho**, uma das coisas é a **capacitação, formação, tem um processo é de formação contínua de pessoas**. Então aí eu acho a gente vai começar a pensar em rede mesmo, porque vai articular novas, outras pessoas que não participaram efetivamente, sistematicamente das reuniões, né? Vai ter um sentido, porque **tem que ter um objetivo**, qual é o objetivo de se trabalhar em rede né? O objetivo que queremos alcançar e portanto para isso que temos que nos **organizar em rede**, eu acho que isso é uma coisa *a posteriori*, mas está na pauta do dia, sem dúvida (ENTREVISTA 01,– grifo nosso).

E, pode-se concluir que se há uma rede, é uma rede tutelada, conforme define Inojosa (1999) inerente a percepção que o CCLF tem da predominância de uma participação funcional nesse início de organização do SNC. Portanto, o organizar em rede sob as bases de compromisso social (ver INOJOSA, 1999) é uma coisa *a posteriori* quanto a afirmação do Conselho Municipal de Cultura.

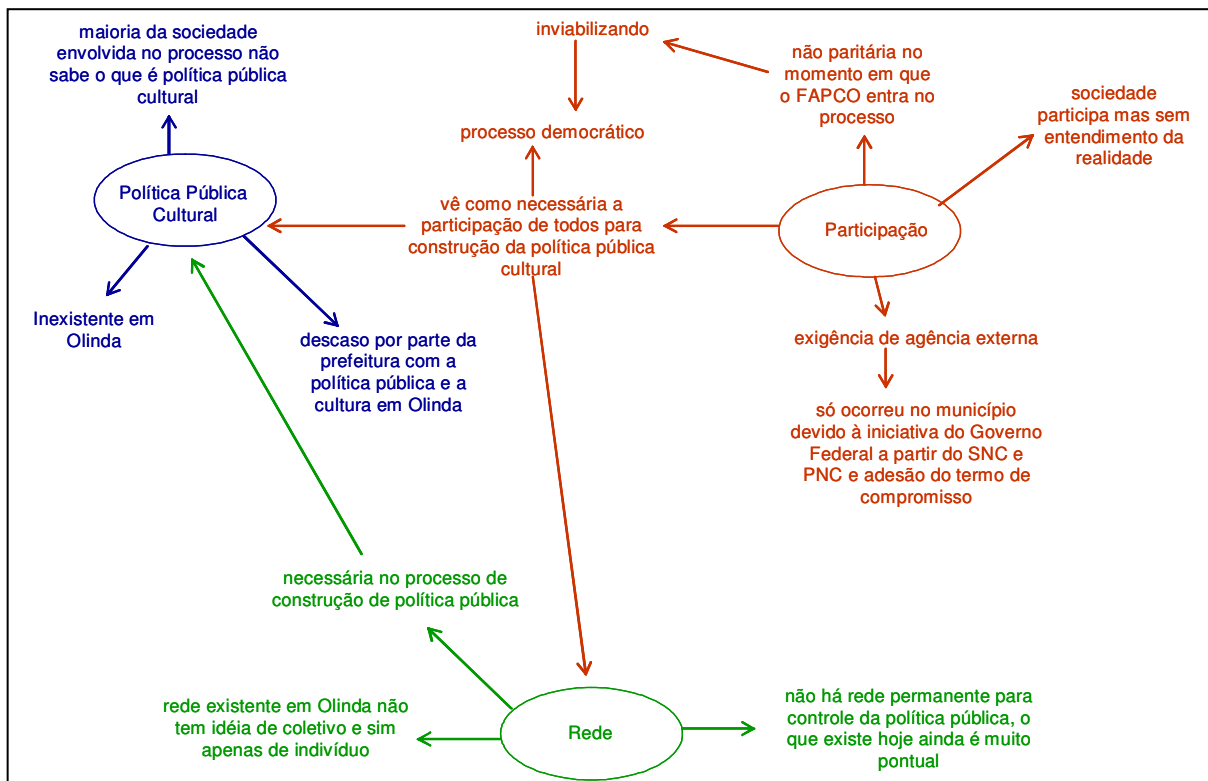
4.1.3 Graúna – Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento

A Graúna – Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento atua nas áreas de arte, cultura, educação e gênero através da arte-educação para jovens e tem como objetivo e principal missão

contribuir para a democratização radical do Estado e da sociedade, visando o fim da exclusão social através da promoção dos direitos da juventude, tendo como base os seguintes princípios: a) protagonismo juvenil; b) equidade entre gêneros; c) arte enquanto objeto e instrumento de educação para a vida; d) desenvolvimento humano, social, econômico, político e cultural das/dos jovens, prioritariamente dos setores excluídos da população (AJUDA BRASIL, 2007).

Fundada em agosto de 2001, a Graúna foi criada por duas artes-educadoras que trabalhavam na coordenação de projetos de Teatro para o Desenvolvimento no Centro de Cultura Luiz Freire. Oriunda da necessidade de ampliação do trabalho com os jovens, em virtude da grande demanda por ações mais diversificadas sinalizada pelos jovens que trabalhavam junto com a equipe, nas áreas não apenas da educação para e pela arte, como também nas áreas da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, da violência, da geração de trabalho e renda, da formação de jovens lideranças e, sobretudo, da formulação e controle das políticas públicas de juventude. Em setembro de 2001, a partir de seminário realizado com um grupo de 15 jovens remanescentes do trabalho no CCLF, foram definidas as quatro linhas programáticas da instituição, a saber: 1) Arte & Comunicação; 2) Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 3) Combate à Violência Doméstica e Sexual; 4) Formação de Jovens Lideranças, consolidando, assim, as diretrizes da Graúna. (AJUDA BRASIL, 2007).

Figura 3: Representação gráfica do pensar da Graúna



Fonte: elaborada pela autora

Com relação à Graúna, o elo entre participação, política pública cultural e rede é muito próximo à idéia do CCLF, uma vez que a Graúna nasceu de atores do Centro Cultural Luiz Freire. Para a Graúna, a sociedade que participa desse processo, tem uma participação sem um entendimento da realidade democrática, de modo que atualmente essa se dá muito mais por uma exigência de uma agência externa, no caso o Ministério da Cultura, na construção do SNC quando o município de Olinda assinou o termo de compromisso. Assim, a maioria daqueles que foram envolvidos nesse processo, não sabe o que significa, o que é, o que vem a ser e os benefícios que traz uma política pública cultural para um município. Apesar de a rede ser vista como uma necessidade no processo de construção da política cultural, há entendimento de que a incipiente rede atualmente formada em Olinda não tem idéia de coletivo descaracterizando o seu próprio sentido. Para a Graúna, predomina um elo entre os atores organizacionais dentro do contexto da cultura que não é permanente, sendo ainda é muito pontual. Observa-se que tanto a Graúna quanto o Centro Cultural Luiz Freire têm

idéias muito próximas em face do seu trabalho em prol de uma democracia participativa. Entretanto, diferentemente do CCLF, e devido aos acontecimentos ocorridos nas Pré-Conferências municipais de Cultura, na Conferência Municipal de Cultura, a Graúna deixou de participar por livre e espontânea vontade das discussões do SNC e da política cultural do município de Olinda, firmando um posicionamento da inexistência de uma participação democrática no processo. Isso se deu pelo entendimento de que uma outra organização não-governamental, o Fórum dos Atores e Produtores Culturais de Olinda (FAPCO) manipulou a Conferência Municipal, inviabilizando assim o processo democrático participativo, algo que a Graúna defende e não admite.

No caso da Graúna, infere-se a idéia de que para que um processo seja participativo é preciso envolver as partes interessadas, o debate, dar a eles voz e voto de forma democrática. Quando se refere ao processo de iniciação da elaboração da estrutura da Conferência Municipal de Cultura de Olinda até a montagem da equipe para a elaboração do Conselho Municipal de Cultura, observa

[...] se é um processo participativo a gente tem que envolver os diversos segmentos da cultura de Olinda, ouvir todo mundo e a partir daí então a gente dá início a esse processo [...] participação e controle social pra mim é ainda a forma mais democrática de você participar da vida política do país [...] eu acho que, no momento que a democracia representativa ela tá tão fragilizada a democracia direta é a forma que a gente tem de influenciar nisso que tá aí. Porque aí não sou eu, não é o meu deputado, o meu vereador, o meu prefeito que tá lá só me representando, sou que tou atuando, cobrando deles o compromisso deles comigo, isso é controle social. É por isso, que por exemplo, aqui na Graúna a gente não aceita qualquer discussão a respeito de qualquer Conselho que não seja um Conselho paritário, que não seja um Conselho deliberativo, e que não seja um Conselho que tenha acesso ao orçamento público pra gente poder ver o que está acontecendo em relação ao orçamento, se for Conselho consultivo a gente tá fora. O que a gente quer é deliberar sobre as políticas, a gente quer decidir sobre elas, [...] a gente parte do princípio que ninguém melhor do que a sociedade sabe quais são suas principais demandas, entendeu? (ENTREVISTA 05).

Para a Graúna, a movimentação que gerou a necessidade de participação da sociedade para a (re)construção da política pública cultural do município de Olinda não partiu da

sociedade e sim de uma instância maior, o Governo Federal. Nesse caso, há, portanto, uma participação funcional, conforme a tipologia de Foladori (2005).

[...] a cultura ela só começa a discutir a Conferência de Cultura aqui quando é... ano passado com as discussões sobre o Sistema Nacional de Cultura, e a implantação do Plano Nacional de Cultura, os municípios e Estados ficaram é... meio que obrigados né, na medida em que eles assinavam o termo de compromisso, o termo de adesão ao Plano e ao Sistema Nacional de Cultura, eles ficavam [...] obrigados a realizar as suas Conferências Municipais ou regionais ou Estaduais né. Então, já começa diferente aí, **não foi uma coisa que foi uma iniciativa do governo local, foi mais uma... uma obrigação na medida em que assinou o que um termo de adesão.** [...] parece que foi em 2004, saiu por exemplo a proposta de cobrar do município, da Gestão Municipal, a criação do Fundo de Cultura, mas ninguém discutiu, por exemplo, a criação, a realização da Conferência Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura. Por que? Porque a visão é uma visão ainda muito é... **utilitarista**, ou seja, no fundo a importância é o que trás dinheiro. Agora, as instâncias de participação democrática e de controle social que são as Conferências e o Conselho, ninguém pensou em discutir e pressionar a SEPACCTUR pra que ela é... implantasse os dois. Então quando chegou o ano passado, foi uma coisa que **não foi uma demanda do movimento de cultura né... na verdade foi uma imposição do Governo Federal na medida em que foi assinado o termo de adesão.** Então isso já muda, você vê que tem outra coisa, uma coisa é o movimento de mulheres que vai e diz olha você se for eleito... três coisas são fundamentais pro movimento lhe apoiar e se você não fizer a gente vai cobrar de você – a criação da Coordenadoria da Secretaria Municipal de Mulher, a realização da Conferência, a criação de Conselho e estruturação desse Conselho dando condições desse Conselho de atuar. **Outra coisa é, você tem um movimento que quer um fundo, porque vai trazer dinheiro pra financiar projetos, mas que não discute as instâncias de controle social, e que essas instâncias, elas vêm é é... trazidas pela própria gestão por conta de um processo que ela tem lá com o Governo Federal, então aí já muda completamente** (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

Essa funcionalidade se firma quando há o entendimento de que a iniciativa não parte da base, do movimento cultural local, mas sim de uma imposição do Governo Federal, explicitando também que o governo municipal adere sob bases utilitaristas em relação ao Fundo de Cultura. No nível municipal, compreende-se que a participação não nasce de um projeto político que procura repensar o paradigma de gestão e viabilizem canais da participação popular inerente à lógica da Administração pública societal definida por Paes de Paula (2005), apesar de tanto o governo municipal quanto o Governo Federal terem gestões situadas em tese próximas a essa visão.

Logo, discussões pertinentes ao paradigma societal, como o controle social da administração pública, não são devidamente tratadas. Isso se evidencia quando abordada a questão da implantação do Conselho Municipal de Cultura de Olinda.

[...] essa comissão então iniciar o processo de implementação do conselho, por que? porque Conselho mesmo de verdade né, que não é Conselho consultivo é Conselho deliberativo você elege em Conferência, é na Conferência que você elege o Conselho, só que como durante o processo da Conferência a gente não conseguiu encaminhar isso, a gente e o Centro Luiz Freire, então quando chegou na Conferência não tinha, a gente tinha que re-representar as propostas em relação ao Conselho pra ser aprovado... aí o que foi que a gente sugeriu que fizesse como o que a gente fez no da mulher no Recife: sai uma comissão que a gente fez no da mulher de Olinda, sai uma comissão com duas representantes de cada segmento que tava representado na Conferência e só duas, essa comissão ia se reunir, elaborar um ante projeto de lei criando um Conselho, esse ante projeto de lei na medida em que ele fosse construído por uma comissão representativa paritária da sociedade civil e gestão, ele teria que ser automaticamente aprovado pela prefeita que encaminharia pra câmara de vereadores, a câmara de vereadores votaria, a lei né... seria ... o projeto de lei seria votado, aprovado e depois da publicação no diário oficial do município, essa mesma comissão convocaria um seminário com as pessoas que participaram da Conferência municipal, só as delegadas e delegados que participaram, não das pré-Conferências, e nesse seminário seria discutido o Conselho e eleito os seus conselheiros por segmento. Esse é o processo democrático né, porque a população, a sociedade civil ela vai participando desde a elaboração do Conselho até a eleição de seus conselheiros, tudo é discutido. Foi feito assim? Eu não sei... eu não sei. Essa comissão ano passado tinha ficado de se reunir, a primeira reunião, em janeiro desse ano. Eu não tenho a menor idéia.[...] Sabe por que eu num tava na comissão? Eu num quis participar da comissão porque não vão deixar eu participar. **Porque o processo que eles querem encaminhar é um, o processo que a gente entende que é realmente participativo e democrático é outro completamente diferente**, e aí a gente não vai abrir mão daquilo que é o mais importante pra Graúna enquanto organização sociedade civil que é a radicalização da democracia. **Ou a gente começa a emplacar processos radicalmente democráticos ou a gente não participa, entendeu?** (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

A idéia de (re)construção da política pública cultural de Olinda deve estar baseada assim para a Graúna numa radicalização democrática na qual a participação é o elemento estruturante. Por isso, para ela o conceito de política pública cultural é

[...] quando você inicia uma gestão, você que é o gestor, você inicia uma gestão, você assumiu ao longo da campanha uma série de **compromissos com diversos segmentos do movimento social**, cabe ao movimento social cobrar pra que essas políticas elas sejam implantadas, e não apenas ficar pressionando o órgão responsável por ela no sentido de conseguir benefícios imediatos pra aquele ou aquele grupo, né? você pensa em termos coletivos e não em termos individuais. [...] uma política cultural implica o quê? – **metas, estratégias, resultados ...** (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

Assim, participação, política pública e rede entrelaçam-se num movimento de compromisso. Seu objetivo é definir estratégias, traçar metas e atingir resultados de modo a firmar um compromisso com a sociedade em que são capilarizadas as ações e compartilhados objetivos e valores, fundamentalmente, o princípio democrático, conforme a rede de compromisso social (INOJOSA, 1999). Entretanto, trata-se de um ideal, pois há, claramente, o entendimento da condição pontual na qual são conduzidas as ações para a cultura por parte do governo municipal.

[...] aí inventou ainda essa danada dessa Olinda Capital Brasileira da Cultura, aí reunião no ano passado no Sete Colinas, aí convoca todo mundo da área de cultura pra uma reunião pra apresentar a candidatura de Olinda pra ser capital brasileira de cultura. A gente foi claro. Ah, é um negócio de louco aquilo ali, porque a gente perguntava assim -“sim, mas qual é a política cultural de Olinda?” Porque uma cidade, no meu entendimento, uma cidade só pode ser capital brasileira de cultura se ela tem uma política cultural, [...] e a gente perguntava cadê isso e ninguém apresentava, e queriam o que? queriam que os grupos, os produtores, os artistas, as organizações da sociedade civil preenchessem um questionário dizendo o que elas faziam pra inserir dentro do projeto e mandar.[...] porque a prefeitura não tinha um plano de cultura, um plano municipal da cultura e aí eles precisavam apresentar um documento mostrando porque que Olinda merecia ser capital brasileira da cultura. Mas fora o carnaval, o que era mais que a prefeitura de Olinda fazia em termos de cultura? Nada porque o “Arte em toda Parte” é uma produção de João e a outra sócia dele... bom aí realiza com a prefeitura, é parceria mas foi uma iniciativa dele e quem produzia a maior parte do treco todo é ele. O Mimo que é o festival Internacional de música é a Lú, que mora no Rio, [...] ela faz o projeto, ela capta recursos e traz pra se executado aqui dentro, então assim, Olinda só entra com as igrejas e um outro apoio qualquer que precisar, mas não é um programa da prefeitura, o Monumenta é o governo federal, a prefeitura executa mas é o Brasil inteiro, toda cidade patrimônio histórico tem o Monumenta né, é... que mais? O festival de teatro de bonecos foi o SESC, rodou o Brasil inteiro. Então, tirando o carnaval o que mais a prefeitura de Olinda tinha como proposta? e não tem até hoje. Aí a gente tava perguntando assim “Bom, por que é que a gente vai apoiar essa campanha de Olinda Capital Brasileira da Cultura se não tem cultura em Olinda?” **Não tem um programa de incentivo aos grupos para além do carnaval, não tem um programa de formação de artistas, não tem um programa de formação de platéia, não tem um calendário como Recife por exemplo tem, não tem nada.** (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

A inexistência de uma política pública cultural de Olinda se daria devido à sobreposição de atividades, pois não há uma secretaria própria para cultura no município. Na

atual gestão, a cultura foi integrada com ciência e tecnologia e os seus gestores não pertencem, na maioria das vezes, a essa área.

[...] a secretaria de cultura virou uma secretaria de ciência, tecnologia, pra turismo, patrimônio e lá embaixo a cultura. E aí chamaram o Sérgio Rezende que é um cientista é um físico pra ser o cabeça da secretaria. Pra mim, isso já é uma demonstração de que a cultura não tem importância no município. Você criar uma secretaria juntando ciência e tecnologia, turismo, patrimônio e cultura, a cultura fica láááááááá embaixo, e ainda chamar um físico [...] enfim ele saiu né, por alguma razão ele saiu daqui, aí ficou né “quem é que vai ficar na cultura?”, aí ninguém sabia quem ia ficar na cultura, aí botaram um cara do PC do B [...] Enfim, é uma pessoa que nunca foi da área da cultura, ele entendia tanto de cultura quanto eu de sapataria, entendeu? o cara não entendia nada de cultura. Aí ficou, nada acontece na cultura, nada acontece na cultura. Bom, aí, num sei que foi que aconteceu ele saiu também, aí a cultura ficou meses completamente acéfala, porque não conseguia um ‘cristão’ pra ser secretário da secretaria de Olinda, ficou meses meses sem ninguém à frente, sem nenhum secretário[...] (ENTREVISTA 05),

Essa reestruturação da Secretária e as sucessões de Secretários , ao longo de seis anos dessa gestão, levam a concluir que “Aí o que passa pra mim isso? que há um descaso muito grande em relação à cultura porque se efetivamente houvesse uma preocupação da prefeitura da gestão em relação à cultura eles não teriam ficado seis anos como ficaram brincando de fazer cultura, brincando...” (ENTREVISTA 05). Conseqüentemente, a falta de diretrizes para política cultural do município conduz a desarticulação entre os atores organizacionais que deveriam estar envolvidos no processo (re)construção mesmo que funcionalmente integrados na base do SNC.

Portanto, a Graúna tem uma concepção de participação social próxima ao tipo “empoderamento para a própria mobilização”, definido por Foladori (2005). E, através dessa compreensão, pressupõem que as relações entre as organizações envolvidas na definição da política cultural do município de Olinda devam se dar de forma autônoma, conforme o conceito de rede autônoma de Inojosa (1999), tendo um processo de pactuação facilitado pela criação do Conselho Municipal de Cultura.

Quem na verdade **traz essa discussão das redes são as organizações da sociedade civil**, aquelas que inclusive é... vêm os seus projetos mais do que um projeto de intervenção social né, **vêm no seu projeto institucional um projeto político de transformação da sociedade do estado brasileiro**,

agora você partindo do princípio que você... que o seu projeto tá **voltado para uma transformação social e política**, obvio que você não pode fazer isso só né, aí aquela... aquele velho ditado ‘uma andorinha não faz verão’ é perfeito mesmo. Então o que a gente **enquanto organizações da sociedade civil**, a gente começou a perceber que **éramos muito mais fortes se nos articulássemos** né, nós que tínhamos as mesmas bandeiras de luta é... enfim, o mesmo modelo de sociedade e de estado radicalmente democráticos, de transformação das relações, é... de luta pelo fim das desigualdades, então **a gente começa a se reunir a se juntar pra brigar junto e ter mais força**, não é, não é à toa que Pernambuco é um exemplo disso né, as redes aqui elas são muito atuantes do ponto de vista político né, então é... o fórum de mulheres é uma escola pra isso, você pensar em termos de articulação né, é... que tem uma... um poder de fogo muito grande é o Fórum de Mulheres de Pernambuco. [...]E tem aquelas redes que elas surgem mesmo dessa necessidade: “oh vamo se juntar porque se a gente se juntar a gente fica mais forte” né, então por exemplo o fórum de mulheres ele tem já quanto anos meu Deus...? Eu acho que tem...a gente já tem... acho que foi em 89... é eu acho que tem 17 anos, aí ao longo desses 17 anos, a gente foi aprendendo, aprendendo inclusive a lidar com as diferenças né [...]a rede é isso é você pegar uma rede de pescar, uma rede de vôlei, é um bocado de nozinho, aí se você esticar tá todo aqui não tem ninguém aqui e uma turma aqui em baixo³. (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

Vê aqui que a Graúna adota os pressupostos de atuação da Rits (2006), isto é, a idéia da rede oriunda do Terceiro Setor. Uma rede identificada no seu sentido etimológico derivada do latim *rete*, que como destaca (Ferreira, 1993) significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, que interconecta nós (CASTELLS, 2000) em que cada nódulo é resultado de uma articulação solidária (MANCINI, 2000, apud RIGHI, 2002). E, ao trazer para a sociedade civil o compromisso com uma transformação política abre-se para a idéia de *policy network* quando Borzèl (1997) refere-se a cooperação para alcançar metas comuns e interesses partilhados.

A rede é percebida como movimento da sociedade civil para “fortalecer a sua luta”, mas a estruturação das relações entre organizações governamentais e não-governamentais se dá em um espaço determinado de discussão da agenda pública, conforme Dagnino (2002), isto é, no Conselho Municipal de Cultura sob bases paritárias. E, talvez, por isso, não seja percebido ainda a existência de uma rede sólida para a (re)construção da política pública

³ Referindo-se à existência de hierarquização que dentro da compreensão do conceito de rede da Graúna inexistente, a rede trabalha sem hierarquias.

cultural do município de Olinda, conforme abordado por Junqueira (2000) que considera na sua conceituação especificamente o contexto da gestão pública

O movimento da cultura ao contrário do movimento de mulheres, politicamente ele não é tão engajado, entendeu? ele não é tão engajado, ainda tem uma visão muito utilitária do trabalho em rede, ainda é muito assim.. [...] Não tem um sentido permanente de controle de política pública. [...] agora existem essas redes em articulação mais espúrias, que se juntam, que é uma coisa assim... que pra mim não funciona, que **o papel da rede é você fortalecer a luta comum** pelas políticas públicas né, que vão fazer do Brasil um país mais justo e igualitário, então você tá lutando todo mundo junto não pelo seu umbigo, **é pelo umbigo da coletividade**, então pra mim não necessariamente uma rede ela atua em sujeito coletivo, muitas vezes ela é só um ajuntamento de sujeitos individuais, que eu acho que é um pouco o Fórum aqui de entidade cultural, só algumas pessoas, que inclusive **algumas pessoas tem mais poder e isso é incompatível com a rede** né [...] O Fórum é assim, o Fórum aqui, tem um grupinho, por isso que a gente não faz parte, tem um grupinho que fica aqui né e que por uma série de fatores tem mais poder do que os que tão aqui, então acaba que os que tão aqui acabam brigando, lutando pelos interesses desses aqui embora que eles percebiam esses interesses como seus também, e quando você entra na discussão de sujeito coletivo a discussão não avança que é o que acontece aqui, por isso fica complicado (ENTREVISTA 05 – grifo nosso).

Como já foi observado, a Graúna apresenta assim a idéia de rede autônoma, conforme Inojosa (1999), em que os atores da rede se articulam voluntariamente, demonstram autonomia. Esse conjunto de atores que formam a rede se unem em virtude de aquisição de uma força mobilizadora, tem suas identidades preservadas na configuração da própria rede e compartilham o seu controle. Trata-se do movimento de luta da sociedade civil na sua pluralidade, publicidade e privacidade, como destaca Cohen (2003).

4.1.4 Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda -

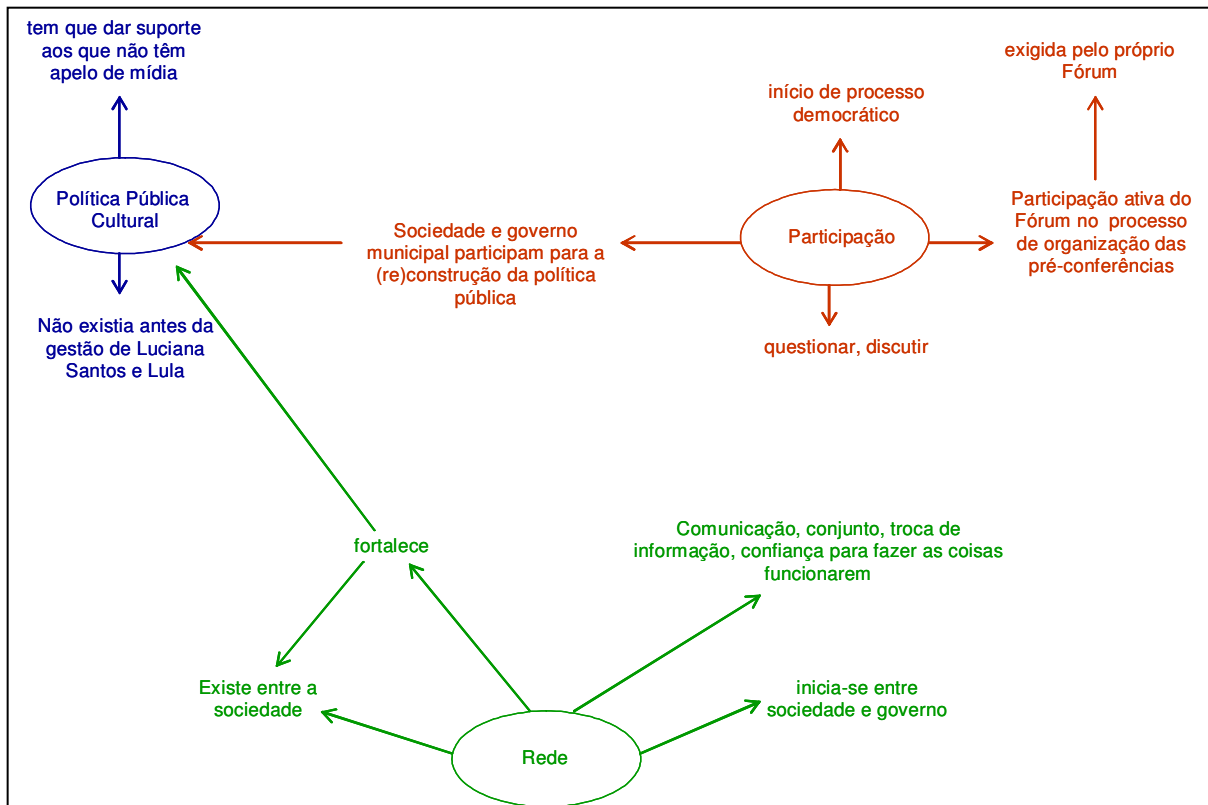
FAPCO

O Fórum dos Artistas e Produtores Culturais de Olinda nasceu em 15 de novembro de 2003, a partir da necessidade de formação de articulação entre os artistas e produtores culturais de Olinda para representar seus interesses no Fórum Mundial de Cultura- Seminário

Regional Nordeste. O FAPCO se define como “um espaço aberto para a cultura olindense, aglutinando os mais diversos agentes da cadeia produtiva de nosso município” (FAPCO, 2003), tendo como objetivos:

- Discussão para revisão das concessões públicas dos Meios de Comunicação (Rádio e TV), visando o cumprimento de seu papel de divulgação da produção cultural a partir de um conceito ético, estético e técnico, elaborado em conjunto com as organizações governamentais e entidades representativas dos agentes culturais.
 - Discussão para revisão da Política Educacional no que diz respeito à cultura como agente humanizador, valorizador da auto-estima e que resgata a cidadania, resultando na formação de platéia com capacidade crítica.
 - Definição de critérios transparentes no uso dos recursos públicos, de forma descentralizadora e abrangente para as atividades culturais, a partir de uma discussão com a sociedade civil organizada.
 - Fomentar a articulação da cadeia produtiva da música, estimulando a criação de redes para produção, divulgação e distribuição do produto cultural.
- Aumentar a dotação orçamentária para a cultura, assim como o cumprimento efetivo da mesma.
- Utilização e divulgação sistemática de mecanismos de explicação das leis diretamente e indiretamente ligadas à cultura, de maneira didática, objetiva e com uma linguagem acessível à maioria da população.
 - Pesquisar e divulgar sistematicamente os dados econômicos da cadeia produtiva da cultura como setor gerador de riqueza.
 - Discussão para o real dimensionamento do mercado gerador e consumidor da cultura, principalmente nas localidades fora dos grandes eixos econômicos do país. (FACPO, 2003)

Figura 4: Representação gráfica do pensar do FAPCO



Fonte: elaborada pela autora

O FAPCO compreende o atual momento como um início de processo democrático e construção da política cultural no município de Olinda. Um início de discussão entre sociedade civil e governo de modo a entender que o próprio Fórum constitui-se num ‘espaço de palavra e participação’ (ver ARENDT, 2000 e DAGNINO, 2002) e, por isso, a sua participação ativa nas Pré-Conferências e no processo de organização das Conferências do SNC.

Olinda ta num processo de... de começar a questionar esse tipo de coisa “não peraf vamos discutir quais são os critérios vamos discutir o que é prioridade, vamos discutir...” nem, então a gente ta crescendo e muito, e tem muito pra crescer, tem muito a gen... eu considero assim que estamos ainda muito verde de **um processo realmente democrático**, de um processo realmente transformador, mas estamos no caminho, no caminho que é novo pra todo mundo, que é... que é o novo inclusive pra gestão pública entendeu? Mas eu acho que é o caminho certo. E é o caminho que muitas vezes acerta, um caminho que a gente tem que estar o tempo todo vigilante pra dizer: “aquilo ali não ta funcionando tem que mudar, não é desse jeito... olha, não é desse jeito”. **Tá tendo, tá tendo é uma ... não tá funcionando assim, vamos mudar, vamos fazer de outra forma, então é uma eterna vigilância.** Agora eu acho que Olinda cresceu muito, contribuiu bastante, acho que tem muita gente disposta a... a... **é investir no sentido de ajudar a construir**

uma coisa mais democrática, uma coisa mais equilibrada sabe?
(ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

Essa visão do FAPCO como sendo ele próprio o espaço de participação social difere da maioria dos outros atores organizacionais. Apesar de trazer uma compreensão ampla da participação democrática, assim como a Graúna e o CCLF, estes entendem que o espaço público de participação se efetiva no Conselho Municipal de Cultura e não no próprio Fórum. No entanto, o FAPCO não é contrário a constituição do Conselho, mas percebe a sua criação atrelada à máquina burocrática do Estado e se antecipa num caminho de construção; uma ação rejeitada por outras organizações.

eu acho que a gente tem... a minha necessidade de que a gente sentisse efeito nesse processo é muito... é muito rápida, que queria **que a gente saísse de uma discussão que chegasse a um consenso e alguma coisa fosse feita de fato. Mas a máquina burocrática é muito grande né?** então eu acho que a gente tem que construir, num se sai de uma, de algumas discussões e ta pronto, se sai de algumas discussões e começa a... **a adaptar e eu acho que é esse o caminho que a gente vem construindo, entendeu?** Eu ainda sinto que a gente precisa ver muita coisa, ainda tem muita coisa que não foi encaminhada, que não foi feita que ainda está muito lenta que a gente mesmo, que a máquina mesmo acaba travando que...[...] **Olha no meu ponto de vista, o Conselho já tinha que ta funcionando, Conselho de Cultura já tinha que ta funcionando.** A gente vem discutindo Conselho a pelo menos um ano, mas a burocracia, o senso, o cuidado que se tem que ser, você tem que ser democrático, será que.. se for rápida será que... eu percebo que existe esse tipo de cautela enquanto é... gestor público eu percebo que as pessoas dizem assim é... não perai que eu tenho que atender mas eu tenho que dar outra chance. Já se convocou as pessoas pra discutir mas vieram poucas então perai, vamos convocar de novo vamos, eu tenho que ser mais democrático, eu tenho que divulgar mais, então eu tenho q... **eu acho isso também mas isso leva tempo. Então a gente acaba que no final das contas a gente tem um conselho que não funciona quer dizer, a gente nem tem Conselho ainda né?**
(ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

No entanto, para o FAPCO a política cultural só era inexistente antes da gestão de Luciana Santos no município e Lula no governo federal. O FAPCO, na sua visão, enxerga como função da política pública dentre outros pontos, dar um suporte em recursos aos artistas que não têm apelo de mídia, uma idéia que é contrária a da Graúna, ao afirmar que o prevalece no município de Olinda, ainda são ações pontuais e uma visão utilitarista no uso de recursos destinados à cultura sem se definir uma política clara de investimento para a área.

Por outro lado, no que tange ao governo federal a FAPCO se aproxima do Cogo de Umbigada a identificar na política do atual governo federal uma mudança no sentido de estabelecer uma política pública cultural.

...antes do governo, antes dessa **gestão mais popular seja ela federal e estadual e municipal** é... Olinda era uma cidade totalmente estagnada nesse sentido de **políticas públicas**. [...]na minha visão política pública **tem que dar suporte ao que não é não tem apelo de mídia, não tem apelo comercial** [...]o movimento governamental é que esse vem passando por uma transformação e dando suporte, **conseguindo perceber a ferramenta que é a cultura popular**, a ferramenta que é a cultura, **em especial a cultura popular**. (ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

Neste sentido, o FAPCO tem um entendimento de que a política cultural deve ser uma resposta do Estado às demandas da própria sociedade, um compromisso público de longo prazo em determinada área, no caso, a cultura, conforme definem Cunha e Cunha (2002). Uma política cultural que rega as raízes culturais e não trata a cultura como um negócio, mas a preservar e provém de sua base, como salientou Furtado (1984).

...do ponto de vista político **Olinda tem dado muito incentivo aos ... a organização, a trabalhar coletivamente com a sociedade civil**, a... agora a nossa... a nossa necessidade como sociedade civil, ainda preciso ser muito mais atendida porque é muito maior do que Olinda tem, tem é... tudo pra dar, entendeu? Mas eu vejo, eu vejo que com a gente ta mesmo no processo de... de... de caminhar junto, de crescimento, eu acho o fato da gestão do presidente Lula né? tem ser aliado ser da mesma frente política então tem trazido algumas... algumas... alguns benefícios também pros municípios. [...]e isso é política né? Essencialmente política, discutir, ficar queimando as pestanas até encontrar soluções e tal mas se fizer assim tal grupo não é e se fizer assado, não ter maior problemas nas conferências, por exemplo porque a gente queria contemplar a...a... área de indumentária né? Popular e culinária e a gente não tinha, quase não tinha representante e foi assim muito difícil. Então, como fazer? Só porque não temos representante estão excluídos do processo? A gente não vai desenvolver ações também pensando nesse foco. **A gente tem potencial pra desenvolver ações de uma coisa que a gente não conhece muito bem**. (ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

Trata-se, no entanto, de um início em que o processo de participação social e organização não está bem definido e aqueles que dele participam não o conhecem bem ainda. Indo de encontro com o entendimento do CCFL e da Graúna de que uma democracia participativa que envolve diversos segmentos da cultura no município de Olinda é incipiente, até porque é uma prática que não se conhece bem, como afirma o FAPCO, ou um movimento

que procura gerar interatividade no sentido do empoderamento, como indica o Coco de Umbigada, mas que na tipologia de Foladori ainda enquadra-se numa participação funcional.

Eu acho que **rede é mesmo** uma, uma rede de deitar onde a gente tem ali um momento prazeroso, onde a gente vai alí, tem **um monte de nozinho**, um monte que faz o conjunto daquela rede, né? Eu acho que rede é essa... é a rede que simboliza aí a internet a, aquela coisa virtual sabe, **que não precisa ser é... palpável, que não precisa ser presencial, mas funciona num sistema de informação de troca** de... que funciona. Então, rede no meu ponto de vista **é essencialmente a... a confiança e a troca de informação**. É como se fosse assim **uma rede só funciona mesmo se os nós estiverem bem dados, porque se um tiver frouxo se o outro tiver frouxo fatalmente o punho dessa rede não vai funcionar... ela vai cair, ela não vai ter a...a... utilidade que poderia ter**. Então só vai funcionar **uma rede se você tiver tudo muito bem engajado, as informações... as pessoas participam daquela rede** se a confiança das pessoas que participam daquela rede... então é **uma série de ações que faz com que mesmo virtualmente circula informações, serviços, discussões, é uma... é uma comunicação...** sei lá... é uma comunicação... em cadeia, é uma série de ações em cadeia que vai fazer com que as coisas funcione. (ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

A idéia de participação se aproxima da de rede diante da necessidade de interatividade que, no entanto, mantém uma analogia com o processo de comunicação assim como se dá com o Coco de Umbigada. Apesar da imagem dos nós e da necessidade de ‘nós bem dados’, estruturados para o seu funcionamento, a *mobilização*, a *articulação*, a *pactuação* e o *controle compartilhado*, características inerente ao conceito de rede autônoma de Inojosa (1999), se limitam a um entendimento de confiança e engajamento. Talvez, por isso, o distanciamento entre o FACPO e a Graúna e o CCLF, mesmo quando compartilham um mesmo sentimento de participação democrática.

Porém, o pressuposto do Estado em atender as demandas da sociedade pode ser ainda uma armadilha de modo a se questionar: Qual seria então o espaço de participação e decisão referente ao processo de (re)construção da política cultural do município de Olinda? A referência abaixo de a Secretaria Municipal ser um ponto de encontro indicaria algum tipo de relação entre governo e sociedade civil? Os indicativos são de uma maior organização desta última, mas também se reconhece a necessidade de estar “preparado para lidar com o poder

público”. Um ponto muito importante quando se vislumbra uma participação democrática, mas que é ainda na prática uma participação funcional.

[...]...o que eu percebo é que se a gente for comparar a gestão anterior à de Luciana e na atual gestão, é um avanço enorme né? **Hoje a gente vai e você vai na Secretaria de Cultura e fatalmente você se depara com as pessoas que estão fazendo cultura, produzindo, executando é, é viabilizando a cultura de alguma forma você encontra, é o ponto de encontro.** Na gestão anterior não se tinha isso, então eu acho que essa... essa comunicação com a sociedade civil, ela tá muito mais próxima pelas duas frentes, porque existe uma predisposição do Governo pra isso e existe uma predisposição da sociedade civil. **Agora o que eu tou achando bastante interessante é que a sociedade civil ela tem estado muito mais organizada, muito mais ligada entre si. [...]é como se a sociedade civil tivesse se empoderando da sua cultura.** você dizer não, eu tenho que estar fortalecido, **eu tenho que estar preparado pra lidar com o poder público** e pra lidar com essa... com essa riqueza que eu tenho que muitas vezes eu não enxergo, que muitas vezes eu não enxergava, então eu acho que esta rede existe, tá se fortalecendo bastante, principalmente entre a sociedade civil, o que eu acho muito positivo (ENTREVISTA 06 – grifo nosso).

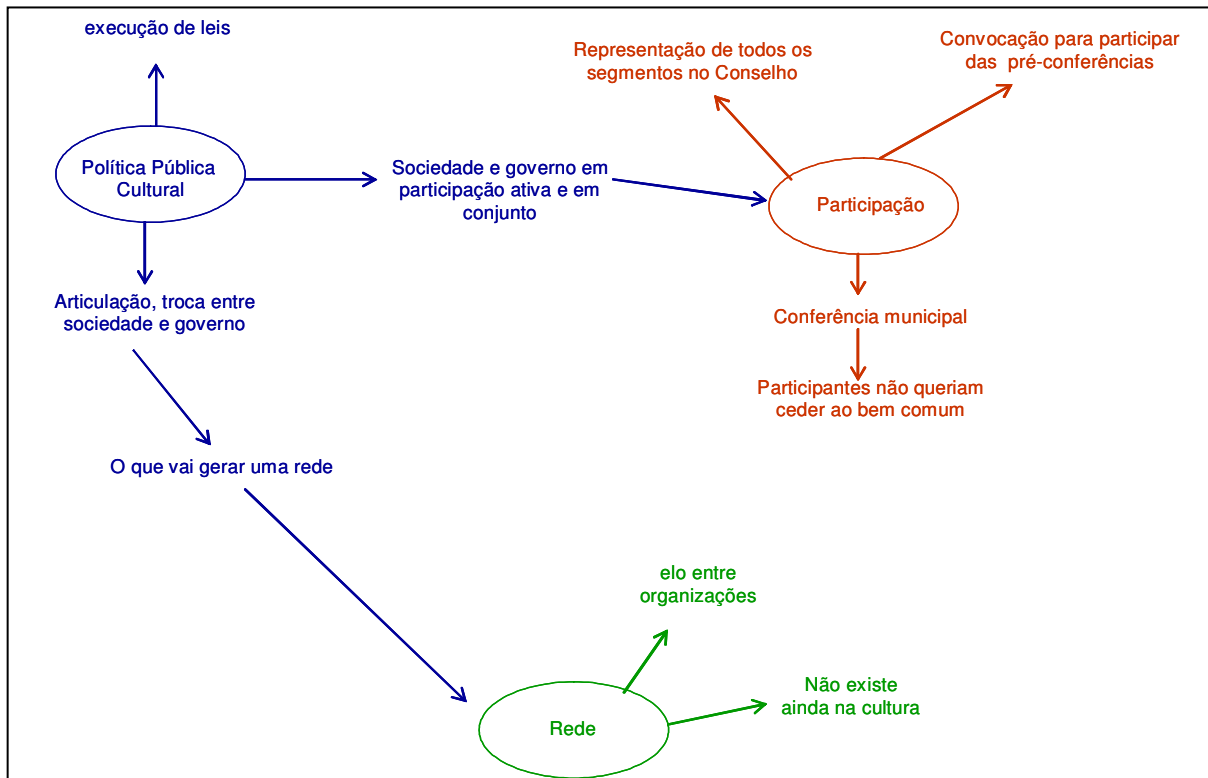
Como diria Furtado (1984), é preciso liberar ainda mais a cultura dentro do seu contexto local de modo a dispor as potencialidades coletivas e criativas da sociedade.

4.1.5 Centro de Estudos e Pesquisas Educação e Cultura e Ação Comunitária Nabi -CEPECAC Nabi

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária Nabi, fundado em 02 de julho de 1992, promove a construção solidária e participa de ações integradas com outras organizações. Suas ações estão focadas na ampliação e promoção do atendimento de um maior número de crianças e adolescentes, em especial, aqueles que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social, no município de Olinda, incluindo também jovens com idade até 24 anos. O CEPECAC Nabi tem como propósito a luta por transformações sociais a partir da criação e conquista de direitos; o combatendo as exclusões,

voltado para uma radicalização democrática que integra o Estado e a sociedade brasileira (CEPECAC, 2007).

Figura 5: Representação gráfica do pensar do CEPECAC Nabi



Fonte: elaborada pela autora

Para o CEPECAC Nabi uma política pública deve ser compreendida como uma articulação, uma troca, entre governo e sociedade, visando uma participação ativa que cria compromissos e garante direitos. Neste sentido, a política pública é central para a compreensão da participação e da rede.

[...] o que eu entendo de política pública é o envolvimento do governo e com o civil uma articulação é... é... é uma participação eu encaro assim uma participação ativa das duas partes, o governamental não é apenas pra dar, nem o civil apenas pra receber. Mas nós encaramos que naquilo que a gente pode dar, o governo dá também mas também ele pode receber (ENTREVISTA 07 – grifo nosso).

Olha as leis sempre existiram [...] mas, não eram executadas, não era executadas. Então é surpreendente ver os trabalhadores da cultura, é estar se apropriando da lei eu vejo isso muito positivo, aos poucos eles percebem que existem as leis pra garantir e que precisa apenas se apropriar[...] (ENTREVISTA 07 – grifo nosso).

O CEPECAC Nabi compreende assim que a (re)construção da política cultural no

município de Olinda é um envolvimento, uma articulação entre governo e sociedade civil de forma que esta deve se apropriar do marco legal disposto pelo governo. Neste sentido, pode-se inferir que essa organização não questiona uma participação funcional inerente ao atual processo de implantação do SNC. Isso se evidencia na seguinte fala: “[...] é o momento político que é a convocação para a gente participar das pré-Conferências.” (ENTREVISTA 07). Salienta-se que tanto nas Pré-Conferências quanto na Conferência Municipal de Olinda a organização atende a uma convocação, demonstrando que a sua participação não foi espontânea.

Além disso, a percepção de **rede** é atrelada a um elo entre as organizações – governamentais e não-governamentais, uma vez que se expressa que “existe dentre nós governo e participação civil quando começa haver isso existe a rede.[...] Na cultura ainda não está acontecendo. Mas a gente pode antever isso, por conta dessa preparação já mais alicerçada devido às experiências anteriores.”(ENTREVISTA 07). O que demonstra aparentemente uma visão equivocada do conceito de rede que, segundo Junqueira (2000), são as relações entre atores em busca de um objetivo comum para otimizar os recursos disponíveis e trabalhar pela coletividade, sem perder o princípio de individualidade.

[...] nós tínhamos que verificar as propostas para Olinda, tínhamos que esquecer dos nossos objetivos pessoais para ver Olinda quem é que tinha o pulso mais forte pra levar Olinda? Então, eu, apesar de ser da associação de artistas plásticos tudo mais mas **achei que deveria ceder o espaço para aquele, aqueles que poderiam trazer maiores benefícios para Olinda** (ENTREVISTA 07 – grifo nosso).

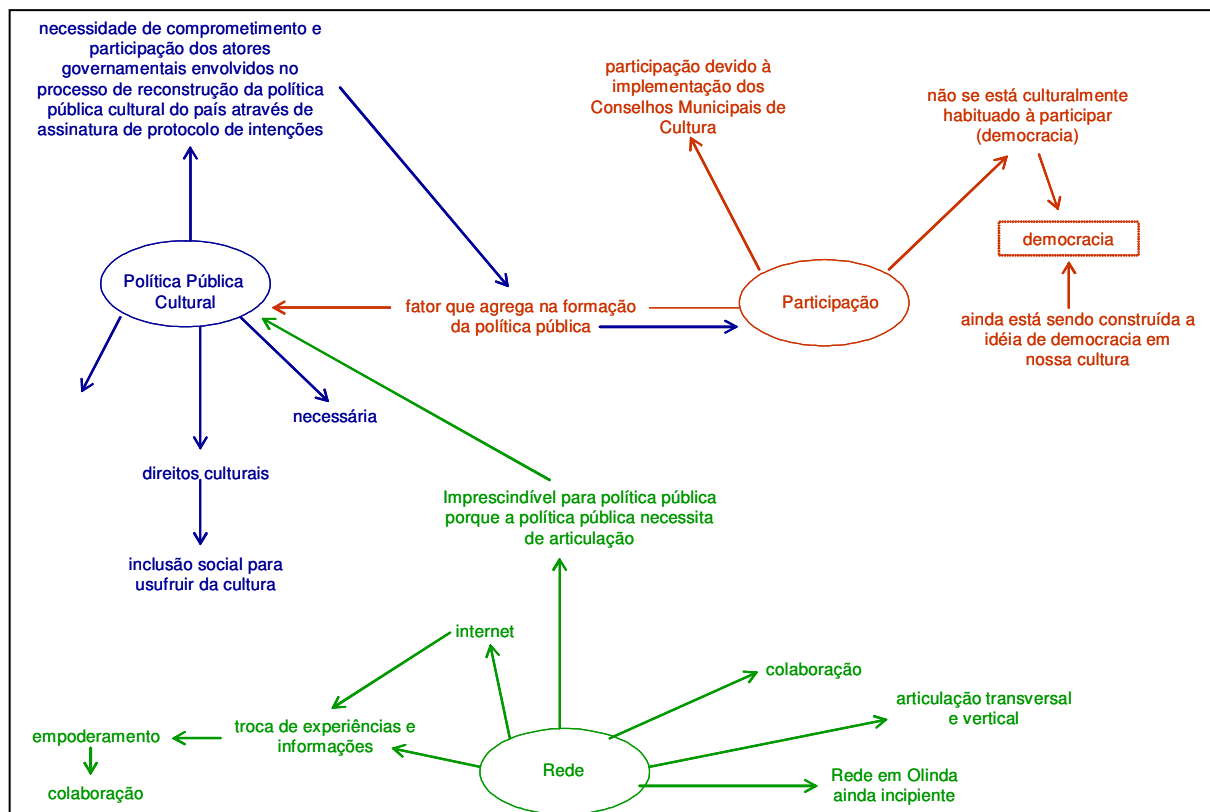
Não há, portanto, ainda uma rede de cultura no entendimento do CEPECAC Nabi e as articulações, as trocas, entre sociedade e governo, tornam-se um vazio no momento em que essa organização reconhece que cede espaço a outras que poderiam trazer maiores benefícios ao município. Mesmo compreendendo a rede como a consequência do processo de articulação a sua visão fica restrita a idéia de elo entre organizações sem um sentido de mobilização pertinente ao Centro Cultural Coco de Umbigada, a Graúna e ao FAPCO, nem

tão pouco como uma base de estruturação do processo de (re)construção da política pública cultural do município. De modo que, em termos práticos, essa organização não ocupa reais espaços participativos seja na rede ou no processo de (re)construção da política cultural.

4.1.6 Ministério da Cultura – Representação Regional Nordeste

A Representação Regional do MinC no Nordeste representa o Ministério da Cultura na região. Tem como funções implementar, acompanhar das políticas culturais brasileira; a prestação de informações sobre os programas, projetos e atividades desenvolvidos pelo MinC, além de auxiliar na formulação das políticas, programas, projetos e atividades e a colaborar na articulação entre os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e entidades privadas (BRASIL, 2007).

Figura 6: Representação gráfica do pensar do MinC – Representação Regional Nordeste



Fonte: elaborada pela autora

Para a Representação Nordeste do MinC, a noção de participação está sendo ainda formada, uma vez que a democracia é algo novo para essa arena no Estado brasileiro. Compreende que a participação, conforme os pressupostos do SNC, está respaldada pela implementação do Conselho Municipal de Cultura, sendo ela um fator agregador na formação da política pública cultural, que, no caso do município de Olinda, é tida como inexistente. Por isso, a necessidade de efetivação do Conselho Municipal de Cultura para garantir direitos culturais e uma inclusão social através da cultura.

O Ministério da Cultura hoje trabalha com conceito de cultura no sentido antropológico da palavra [...] se trabalha de maneira mais ampla, [...] então [...] **o Ministério tem aberto uma série de [...] articulações**, [...] o Ministério começa a trabalhar mais com a cultura popular também [...] com esse programa dos Pontos de Cultura [...] a criação dos Conselhos de Cultura, sejam Municipais, a reformulação dos Conselhos Estaduais e a implementação agora do Conselho Nacional de Políticas Culturais, todos esses são conceitos **que só visam é ter como base a [...] participação da sociedade**, [...] então nesse sentido aí se incorpora de maneira muito mais a... num conjunto da... da... da sociedade entende? (ENTREVISTA 03 – grifo nosso).

A idéia de articulação tenta colocar em prática a participação interativa, em que há a “participação conjunta em análise e desenvolvimento de projetos [...] Na medida em que os grupos têm controle sobre as decisões locais, e determinam como serão os recursos[...]” (FOLADORI, 2005, p.73) um dos pressupostos básicos do Sistema Nacional de Cultura. No entanto, o observado é que tal articulação ainda não se concretiza dessa forma, talvez porque o Conselho Municipal de Cultura de Olinda ainda não tenha sido implantado. Assim, o que predomina nesse momento, é a prática de uma participação como funcional, conforme a tipologia de Foladori (2005), uma vez que não há uma efetiva participação espontânea da sociedade, muito menos uma participação conjunta desta no desenvolvimento dos projetos com o MinC. O que é percebido, portanto, é a adoção de um discurso de participação da sociedade, devido à nova forma de gerenciamento trazido pelo Ministério da Cultura para as políticas públicas culturais do país, pertinente ao modelo de administração pública societal

descrito por Paes de Paula (2005) que, no entanto, ainda não é uma prática concreta no município de Olinda. Tem-se assim uma proposta de intenções com o SNC:

Implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, pactuada entre os entes da federação, e com a participação da sociedade civil, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional de Cultura, promovendo desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 2006a).

Nessa proposta, a rede é tida como é imprescindível para a construção da política cultural, em virtude da necessidade de uma articulação entre diversos os atores a serem envolvidos. Vale ressaltar que tal articulação não se dá apenas vertical, mas também, transversal, com o objetivo de abranger todos os componentes na configuração dessa rede.

[...] eu acho que **políticas públicas rima com direitos culturais**, [...] **inclusão social no sentido de que as pessoas têm direito tanto de usufruir como de expressão cultural**, [...] ou seja, precisamos ter equipamentos, teatros, bibliotecas [...] equipamentos de **acessibilidade, não pode a acessibilidade dos bens culturais ser só para quem tem, digamos, dinheiro**, [...] então políticas públicas na área da cultura **não significa que o Estado vá fazer cultura, nem que o Estado vá controlar a cultura** [...] **mas significa dar condições**, principalmente nós que no Ministério trabalhamos e... e onde tá posto também nas grandes discussões, saindo das questões menores é de tá posto, de se criar é... é... é... de se tá aí inserido nesse grande debate né? que é o grande debate idéias é... é... e se **criar essa base concreta pra que a gente possa saber, que inclusive, que temos direitos culturais** (ENTREVISTA 03 – grifo nosso).

É fortalecida a idéia de uma rede política em que o Estado não está apenas para atender demandas, conforme propõe Cunha e Cunha (2002), mas para criar condições ao acesso à cultura como base concreta de um direito que se realiza de modo transversal. Um sentido próximo à horizontalidade proposta por Marin e Mayntz (1991) ao conceituarem a *policy network*. Entretanto, trata-se ainda de um ideal inserido na proposta do SNC e analisando o município de Olinda, a Representação do Nordeste do MinC compreende que um trabalho de troca de experiências e informações, com o objetivo de empoderar e facilitar a colaboração entre os atores envolvidos, inerentes a concepção de rede, não são nitidamente percebidos no município de Olinda levando a concluir que ela e a própria política cultural são ainda incipientes.

Para a Representação Regional Nordeste do MinC “**política pública** [...] é juntar gente, debater, criar propostas encaminhar propostas, é acompanhar a implementação das propostas, avaliar o que tá indo certo, o que tá indo errado é... é... é... cobrar os erros, corrigir erros fazer novas propostas ou seja é isso né?...” (ENTREVISTA 03). É meio de direitos, de inclusão e de expressão. Esses são os pressupostos para a (re)construção de uma política pública nacional de cultura, no Governo Lula, com a criação do Sistema Nacional de Cultura, e a ação do Ministério da Cultura em comprometer municípios e estados, através da assinatura de protocolo de intenções, com objetivo de firmar um pacto.

[...] **nesse... processo de reconstrução**, uma das grandes discussões que se teve no ministério foi a criação do Sistema Nacional de Cultura, Sistema Federal de Cultura [...] onde **o Sistema Nacional de Cultura é uma articulação** [...] que discute, [...] **que junta, que articula o município, o Estado e a União** no sentido que tenham políticas complementares né? e a criação de um Sistema Nacional de Cultura parte também pela assinatura de um protocolo de intenções onde os municípios e o Estado né? É... assumem um compromisso em criar as secretarias de cultura ou... ou pelo menos fortalecer as estruturas de cultura, sejam diretorias, sejam fundações até mesmo as secretarias [...]. Bom, então o Sistema Nacional de Cultura envolvia [...] a criação, então, de uma é... **o fortalecimento dessa estrutura institucional**, seja de secretaria, fundação, ou... ou diretoria é... pelo compromisso da prefeitura em criar, é... o conselho municipal de cultura em criar um... uma... alguma política de fomento seja via mecenatos, seja via fundos, né? seja de preferência via fundo, mas criar uma política de... de fomento né? (ENTREVISTA 03 – grifo nosso).

A política cultural constitui-se numa rede à medida que “[...] a rede envolve exatamente esse conceito de colaboração, de troca de experiências [...] essa idéia [...] de se articular, de colaborar, de fazer fluir [...]” (ENTREVISTA 03), próxima a idéia de articulação inerente ao Sistema Nacional de Cultura, também é uma articulação transversal e vertical, envolvendo os entes da federação e a sociedade civil. Mas, sobre tudo é uma estrutura que se institucionaliza para consolidar o SNC. Essa idéia, como já foi tratado, aproxima-se do conceito de rede política e da abordagem de Junqueira (2000) que trata a rede como uma estrutura para otimizar recursos e potencializar o trabalho coletivo. Porém, novamente é destacado que esses pressupostos ainda não são uma prática no município. “Olinda está num processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura, né? o Conselho Municipal ainda

não foi formado quando aí está sendo implementado, né? Então, é um processo... eu diria assim é... é insipiente” (ENTREVISTA 03).

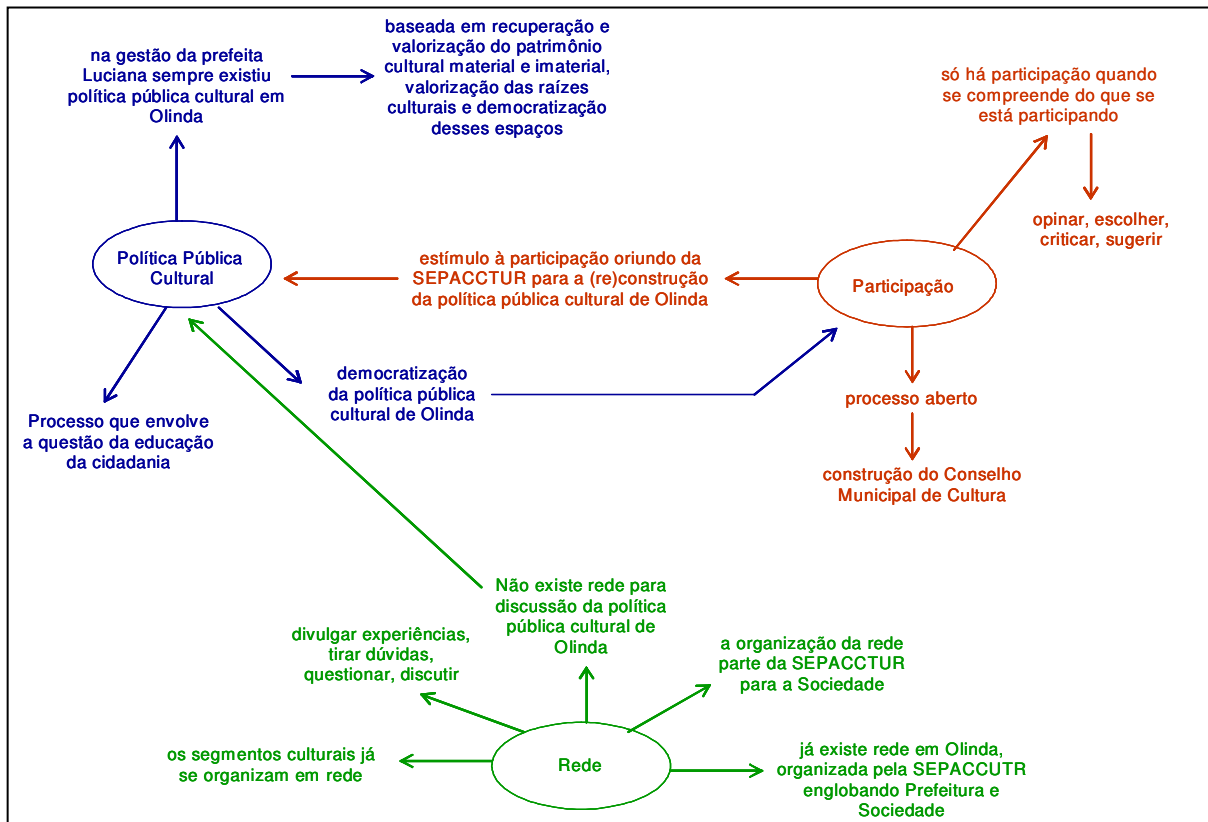
4.1.7 Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo – SEPACCTUR

A Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo do município de Olinda, organização governamental, tem como atribuições

[...]a formulação e implementação da política cultural e de proteção do patrimônio histórico, o apoio ao fortalecimento da atividade turística e o fomento a programas e ações na área de ciência e tecnologia, incumbindo-lhe:

- Definir, regulamentar e implementar a política municipal do patrimônio material e imaterial, ciência e tecnologia, cultura e turismo, em articulação com os devidos conselhos municipais e entidades representativas dos diferentes segmentos da sociedade;
- Exercer a proteção e preservação, fortalecimento e difusão do patrimônio material e imaterial, da ciência e tecnologia, da cultura e do turismo, através da educação, conscientização e mobilização social;
- Apoiar, promover, desenvolver e fomentar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, ações, programas e projetos relacionados ao patrimônio material e imaterial, ciência e tecnologia, cultura e turismo e suas instituições formais e informais;
- Identificar, organizar, manter e disponibilizar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, informações sobre o patrimônio material e imaterial, ciência e tecnologia, a cultura e o turismo em Olinda;
- Administrar e manter os espaços e equipamentos públicos municipais relacionados ao patrimônio material e imaterial, ciência e tecnologia, cultura e turismo de forma a torná-los auto-sustentáveis;
- Estabelecer parcerias e captar recursos para viabilização das ações sobre sua responsabilidade (BRASIL, 2007a).

Figura 7: Representação gráfica do pensar da SEPACCTUR



Fonte: elaborada pela autora

A SEPACTUR trabalha o sentido de participação a partir da compreensão dos envolvidos quanto ao que está se participando, pois a participação é justamente opinar, escolher, criticar e sugerir algo. Tal participação, oriunda da SEPACCTUR para a reconstrução da política pública cultural de Olinda, é tida como um processo aberto no momento em que há a construção do Conselho Municipal de Cultura.

Com relação à política pública cultural eles enxergam que sempre existiu a partir da gestão da prefeita Luciana Santos, e que se baseia na recuperação e valorização do patrimônio material e imaterial, valorização das raízes culturais e democratização desses espaços. Política pública cultura essa que é tida como um processo que envolve educação e cidadania e que está unida à participação no momento em que se fala da democratização dessa política pública.

A rede para a SEPACCTUR inexistente para a construção da política pública cultural, apesar de ser vista como algo necessário para divulgar experiências, tirar dúvidas, questionar

e discutir. Existe a percepção de que segmentos culturais já se organizam em rede, que existe uma rede em Olinda organizada pela SEPACCTUR englobando prefeitura e sociedade, e que esta rede parte da SEPACCTUR para a sociedade e não o inverso.

Nesse contexto é possível observar que a SEPACCTUR adota o discurso do MinC, porém a mesma se vê no centro, como peça chave para a existência de participação, para a existência de política pública, para a existência da formação de rede, o que na verdade não é. Nessa formação de rede se ela fosse peça chave, todos os atores a teriam referenciado, e isso não ocorreu. Pelo contrário, inclusive o FAPCO, que tem uma relação estreita e forte com a SEPACCTUR, tem um grau de ligação muito próximo, afirma que não existe uma rede. Ele consegue enxergar uma rede apenas entre os atores da sociedade e não entre sociedade e governo, não entre sociedade e prefeitura, não entre sociedade e secretaria, apesar deles dizerem que a SEPACCTUR abre esse espaço, eles mesmos se contradizem, e a rede não é vista pelos mesmos.

Participação funcional, com traços de participação interativa são as tipologias encontradas através da análise da entrevista com informações referentes à SEPACCTUR, conforme informações coletadas em entrevista. A entrevistada 04, ao ser questionado sobre participação dos atores na (re)construção da política pública cultural de Olinda afirma que “Veja aqui a gente tem uma participação muito grande [...], nós temos na Secretaria a prática de se reunir com a sociedade [civil] pra discutir a política pública municipal pelo menos uma vez por semana” (ENTREVISTA 04), donde fica caracterizado que a participação através da exigência de agências externas, no caso a SEPACCTUR, com algum objetivo, conforme explica Foladori (2005) nas características da participação funcional em sua tipologia. Pode-se observar a participação ativa, com voz e voto, dos atores organizacionais não-governamentais em conjunto com atores organizacionais governamentais no que tange análise e desenvolvimento de projetos, embora tal projeto tenha surgido com a necessidade de se criar

um Conselho Municipal de Cultura a partir de exigências do MinC. Ao ser indagado sobre participação dentro do contexto olindense de (re)construção da política pública cultural a entrevistada 04 relata que,

Essa é a base do processo democrático e da gestão pública a gestão pública ela tem que ser uma gestão aberta que a sociedade saiba o que é que tá acontecendo e possa participar, e ter os canais abertos de participação né? Então hoje a construção do Conselho [...] entendo que é um processo totalmente aberto de participação, porque nós tivemos uma ampla discussão no município, [...] todo mundo teve acesso a essa discussão e isso vem durante mais de um ano se acumulando, quase dois anos de acúmulo e de discussões, de reuniões, de seminários e tal, e... a gente sente que a sociedade [civil] tem o domínio do assunto e... sabe o que está discutindo né? passa muito por aí (ENTREVISTA 04).

Quanto ao conceito de participação, a entrevistada se apresenta em congruência com Cunha Filho (2004) quando expõe que

[...] a participação ela só se dá quando você tem conhecimento do que é que você tá participando. Então a gente tem muitas vezes um processo em que há o acesso, as pessoas estão indo, mas elas não estão participando de fato né? do processo porque elas não adquiriram aquele conhecimento para participar, pra poder opinar, escolher, fazer críticas, fazer sugestões, tudo (ENTREVISTA 04).

Ou seja, participação em que haja possibilidade dos atores, como indivíduos ou inseridos em organizações civis, disporem de poder não só opinativo como também deliberativo (CUNHA FILHO, 2004).

Com base em Cunha e Cunha (2002), pode-se dizer que a SEPACCTUR trabalha em harmonia com o conceito de **política pública** uma vez que visa, no que diz respeito à atuação do poder público nessa área,

[...] democratizar, abrir o máximo, ele entender também que a cultura não é só um meio é... de produção cultural mas principalmente um processo que envolve a questão da educação da cidadania, então vem uma série de coisas que vêm junto com essa discussão da política cultural que a gente precisa perceber isso com um todo (ENTREVISTA 04).

Logo, para a SEPACCTUR a política pública cultural de Olinda está “...baseada principalmente nessa questão do acesso da democracia na valorização das raízes, na valorização do nosso patrimônio...” (ENTREVISTA 04).

A política pública cultural de Olinda, na compreensão da SEPACCTUR, sempre existiu na gestão da prefeita Luciana Santos. De acordo com a entrevistada 04, com relação à política pública cultural de Olinda,

[...] existir sempre existiu do ponto de vista da gestão da prefeita [...] porque a prefeita [...] baseou a política cultural do município principalmente na valorização do patrimônio, a recuperação e valorização do patrimônio cultural como um todo [...], incluindo patrimônio edificado, do patrimônio [...] cultural imaterial [...], a valorização das nossas raízes [...] e a democratização desses espaços, então por exemplo hoje quando a gente tá organizando o Conselho a gente tá exatamente cumprindo essa etapa de democratização do acesso, que na medida em que você disponibiliza dentro do Conselho recursos municipais, diretamente do município, pra que seja discutido ali como vai ser aplicado onde vai ser aplicado isso é uma das formas mais avançadas de democratização dentro da política pública de cultura... (ENTREVISTA 04).

Rede na compreensão da SEPACCTUR é um conceito mais voltado para a democratização da informação para tomada de decisão,

[...] baseada principalmente nessa questão do acesso da democracia na valorização das raízes, na valorização do nosso patrimônio.[...] E até quando você diz assim a definição de rede passa também por essa questão né? da informação, né? É difícil você discutir qualquer assunto se você não o conhece. Então a questão da rede não basta estar conectada, o negócio é saber o que é que está sendo discutido lá dentro, então acho que fica bem amplo.... (ENTREVISTA 04).

Diferentemente do conceito de Junqueira (2000) que envolve não apenas as relações entre os atores em busca de um objetivo comum, mas também a idéia de trabalho coletivo sem a perda, no entanto, da individualidade de cada envolvido na rede. Abordagem de preservação da individualidade que não é mencionado pela SEPACCTUR ao conceituar rede.

Ao ser questionada sobre a existência de uma rede em Olinda a entrevistada 04 afirma que

[...]os segmentos já se organizam em rede [...] Já existe uma rede inclusive, a partir desses curso que a gente fez, é tudo... e que ainda tão acontecendo e que ela é alimentada diariamente [...] Ela funciona a partir da... quem alimenta na verdade os novos é a partir daqui da secretaria. Mas, ela funcion... começou a funcionar a partir desses cursos, porque havia uma necessidade de troca de experiências entre o pessoal que ia se formando. Hoje, só de formados nós temos mais de trezentos que já participa... só dos formados, fora os que entraram a partir de ... essa rede ela não só serve para divulgar a experiência como também é... o pessoal tira dúvidas, faz... questiona, faz algumas discussões... (ENTREVISTA 04).

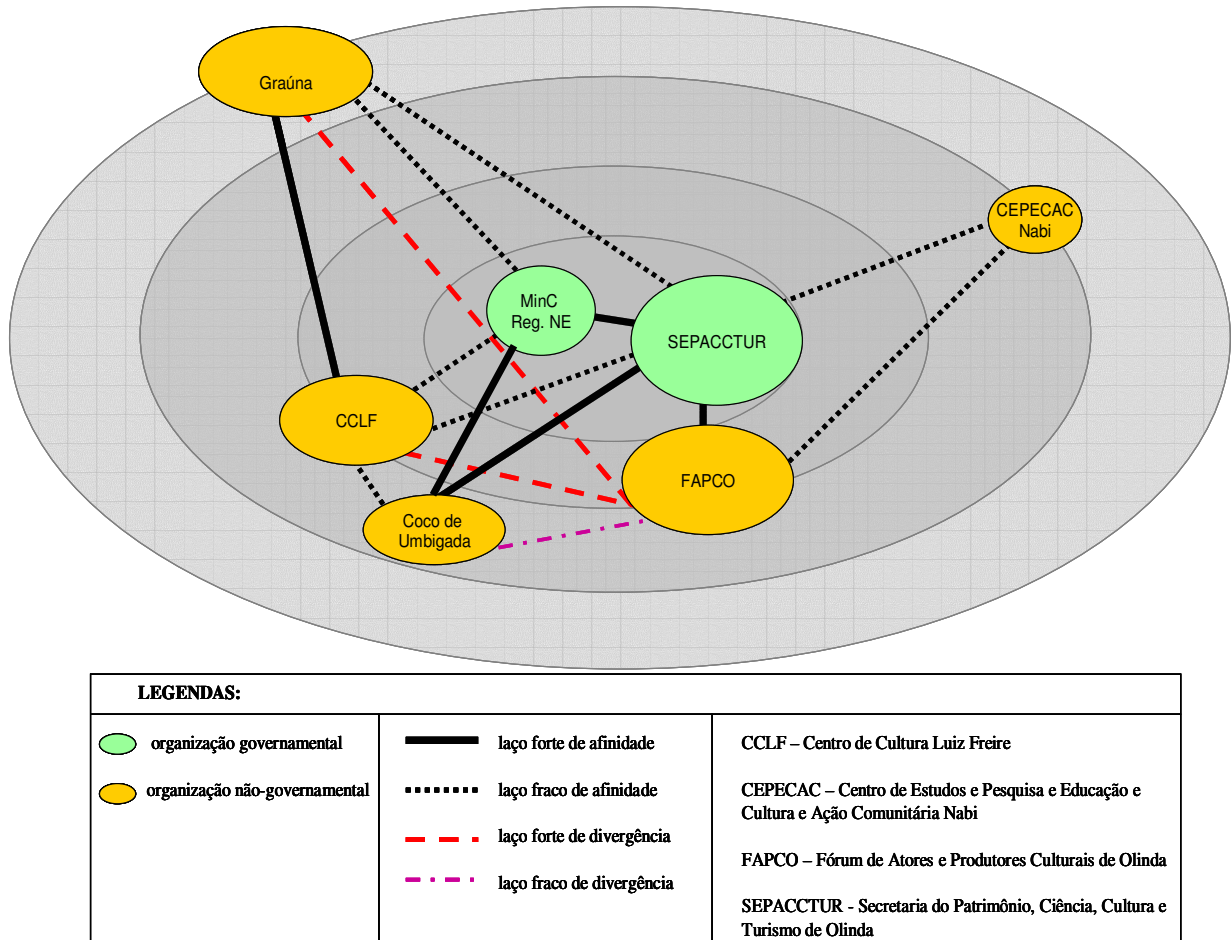
4.2 (Re)construindo a Política Pública Cultural de Olinda

Diretamente ligados à (re)construção da política pública cultural do município de Olinda, os atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, foram selecionados a partir de sua participação em eventos diretamente relacionados com tal fato, desempenhando um papel de suma importância dentro do processo de (re)construção de política pública por serem componentes com participação significativa, o que pode ser observado através das atas de presença das reuniões, no período entre 15 de março à 1 de novembro de 2006, para criação do Conselho Municipal de Cultura.

A partir de tal escolha, surgiu a necessidade, para melhor visualização e compreensão da pesquisa, de um mapeamento da relação entre os atores organizacionais, baseado no grau de afinidade entre os mesmos, percebido através de observação direta e dados de entrevistas ao longo da pesquisa, conforme apresentado na figura 8.

De acordo com Granovetter (1973) os laços podem ser fortes, fracos ou ausentes. O que caracteriza a intensidade do laço é a combinação entre tempo, intensidade emocional, confiança mútua e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1973), essas características trabalham a relação entre um ator e outro dentro de arranjos sociais. Nesse trabalho o arranjo social analisado foi a formação de rede para a (re)construção da política pública cultural de Olinda, e laço é a relação entre dois ou mais atores organizacionais, compreendendo laços fortes e fracos, em que a força é relativa à atuação na rede para reconstruí-la a política pública cultural de Olinda, sendo representada na figura 8 tanto a relação de afinidade quanto a relação de divergência para o alcance do objetivo supracitado.

Figura 8: Laços fortes e fracos entre os atores organizacionais



Fonte: elaborada pela autora

A partir da idéia de Demo (1996) que considera a participação social como um processo no sentido de ser “infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 1996, p.18), participação essa oriunda do novo Estado Democrático, que tem a necessidade de participação da sociedade para que seja alcançado; e tendo como rede a “construção de relações entre atores” (JUNQUEIRA, 2004, p.137) vislumbrando uma causa compartilhada para construir o novo (JUNQUEIRA, 2004), e tendo como causa compartilhada entre os atores a construção da política pública cultural de Olinda, pode-se dizer que a Figura 8 é a representação do início de configuração de uma rede entre os atores envolvidos no processo de (re)construção da política pública cultural de Olinda para a formação da mesma. No entanto os atores envolvidos ainda não se deram conta desse início de rede devido, talvez, ao

não estabelecimento de descentralização (RITS, 2006), uma vez que ainda estão muito voltados, ou até mesmo presos aos norteamentos dados pelo MinC.

A relação entre os atores, caracteriza uma rede tutelada (INOJOSA, 1999) uma vez a rede tutelada os atores têm autonomia mas “articulam-se sob a égide de uma organização” (INOJOSA, 1999, p.120), sendo, nesse caso, o ente mobilizador a prefeitura, representada pela SEPACCTUR, devido à assinatura do termo de compromisso, o Protocolo de Intenções do SNC. A participação dos atores só se deu em virtude de tal assinatura e à chamada da SEPACCTUR para mobilização em prol da (re)construção da política pública cultural de Olinda.

Reconstrução ou construção? Tal questionamento surge uma vez que alguns atores detectam a política pública cultural e outros afirmam inexistir, trazendo a tona a dúvida sobre a sua real existência, talvez a mesma exista na teoria, mas em prática ainda não, passará a existir, ao menos em tese, no momento em que o Conselho Municipal de cultura estiver instaurado, pois entre as funções do mesmo, está a construção de uma política pública para o município.

Pode-se dizer assim, a partir de tal contexto, utilizando o modelo de Paes de Paula (2005) que a gestão pública atual tende à societal, uma vez que “ênfatisa a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro” em uma dimensão sóciopolítica, que realça a “elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo”, no caso a sociedade, “incluindo questões culturais e participativas” (PAES DE PAULA, 2005, p.14).

Logo o que ocorre hoje é o início de configuração da rede participativa, “necessária para estruturar o não-estruturado, porém, preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana” (CASTELLS, 2000, p. 108), que tem como objetivo a construção da política pública cultural de Olinda. Devido a tal objetivo há uma

tendência à configuração, num estágio mais avançado, de se tornar uma rede política ou *policy network*, pois conforme Marin e Mayntz (1991) a rede política existe a partir de ações coletivas organizadas por atores organizacionais e as relações entre esses atores, relações interorganizacionais, no fazer política pública, vale ressaltar que “o conceito da rede política chama simplesmente a atenção ao fato de que os participantes em um processo de decisão coletivo estão ligados freqüentemente lateralmente (ou horizontalmente) preferivelmente mais que verticalmente” (MARIN; MAYNTZ, 1991, p.15 - tradução livre).

Os atores envolvidos mantêm, de acordo com seus laços relações diferentes com os demais, algo natural no momento em que a rede é uma configuração.

Após o traçado das relações entre os atores organizacionais envolvidos, os dados coletados foram compilados para facilitar visualização, execução e acompanhamento da análise, como pode ser observado no quadro 6, abaixo.

Ator Organizacional	Participação		Política Pública Cultural - PPC		Rede	
	existência de participação	tipologia	conceituação para o ator	existência de PPC	conceituação para o ator	existência de rede
Centro Cultural Coko de Umbigada	sim	funcional, com traço de interativa	direito assegurado	não	elo de comunicação	não
Centro de Cultura Luiz Freire	parcialmente	funcional	garantia de direitos + demanda da sociedade + participação efetiva	não	articulação em prol de objetivo comum	não
Graúna	não	funcional	compromisso de diversos segmentos do movimento social visando resultados	não	articulação em prol de objetivo comum	não
Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda	parcialmente	funcional	resposta do Estado às demandas da sociedade	sim	elo de comunicação em prol de um objetivo comum	incipiente
Centro de Estudos e Pesquisas Educação e Cultura e Ação Comunitária Nabi	parcialmente	funcional	troca entre Governo e sociedade + garantia de direitos + participação efetiva	não	articulação em prol de objetivo comum	não
Ministério da Cultura- Representação Regional Nordeste	sim	funcional, com traço de interativa	direitos culturais assegurados + inclusão	não	elo de comunicação e uma articulação entre atores horizontal e vertical	incipiente
Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda	sim	funcional, com traço de interativa	recuperação e valorização do patrimônio material e imaterial	sim	elo de comunicação	sim

Quadro 6: Compilação de dados

Fonte: elaborado pela autora

Para que haja a caracterização da participação se faz mister saber se os atores organizacionais envolvidos compreendem tal conceito. De acordo com dados coletados, pode-se observar que o conceito de participação é compreendido pela totalidade, porém de acordo com o quadro 6 a participação no processo de (re)construção da política pública cultural do

Olinda varia de ator para ator. No geral, pode-se caracterizar a participação nesse processo, de acordo com a tipologia de Foladori (2005), como funcional, embora tenha sido levantando pontos pertencentes à participação interativa. Participação funcional uma vez que a existência dessa participação tem como causa maior a necessidade do município de montar um Conselho Municipal de Cultura paritário e participativo – participação essa solicitada pelo Ministério da Cultura através do objetivo do SNC, vislumbrando, a partir da existência desse Conselho a (re)construção da política pública cultural do município.

Tendo em vista a formação de uma rede para a (re)construção da política pública, fez-se necessário conhecer o entendimento de política pública cultural desses atores, abordado nesse trabalho por Cunha e Cunha (2002). Pôde-se perceber que ainda existe incompreensão do conceito de política pública embora grande parte dos entrevistados tenha essa noção clara e coerente.

Quanto à existência de uma política pública cultural em Olinda, a grande maioria aponta como inexistente, apesar de afirmarem ser necessária tal ação. E para tanto é afirmado que existe a necessidade de formação de rede, porém no momento a maioria dos entrevistados não enxerga a existência dessa rede. É necessário salientar que quase 50% dos atores entrevistados não demonstraram conhecimento suficiente sobre o que é uma rede, com base na teoria de Junqueira (2000), uma vez que o objetivo comum, característica principal da rede quase inexistente. Entretanto a noção de coletividade é bem lembrada, o que denota uma tendência significativa quando ao entendimento do real conceito de rede. Quanto à existência de uma rede para a reconstrução da política pública cultural do município de Olinda os atores organizacionais afirmam não existir ainda, porém têm consciência da necessidade da mesma para a elaboração / reconstrução da política pública cultural através de um processo democrático **participativo**. No entanto, apesar dos atores organizacionais envolvidos não perceberem a rede, a mesma está se configurando a partir da movimentação desses atores em

busca da implantação do Conselho Municipal de Cultura; talvez a percepção de rede fique clara para eles quando começarem a ver os resultados desse trabalho na 'teia'.

5 Conclusão

O Estado brasileiro, no sentido de um empreendimento humano coletivo, consolidou-se apenas a partir do século XIX, embora a sociedade brasileira apresente-se ainda em fase de construção. No século XX, após vinte anos de regime militar, imposto pela força e legitimado pelo “milagre econômico”, emerge a semente da redemocratização,

A partir da promulgação da Constituição de 1988 a descentralização e a participação passam a constituir os princípios da organização das políticas públicas, que deixa de ser centralizada e passa a ser distribuída entre as três esferas do setor público – nacional, estadual e municipal. Com a descentralização se quer enfatizar a redemocratização do país, e com a participação, sob um caráter sócio-político se quer dar centralidade à sociedade, dona legítima da cultura, na propagação desses valores democráticos.

A Constituição também propiciou um retorno da ordem federativa, devolvendo autonomia aos estados e estendendo-a também aos municípios, que foram elevados à categoria de entes autônomos, passando a assumir todas as prerrogativas decorrentes desse novo *status* (MARQUES, 2004). Nesse novo modelo organizacional proposto, o governo federal passou a ser, prioritariamente, um coordenador de políticas públicas em referência a um projeto nacional, enquanto os municípios assumem a responsabilidade pela definição e execução das políticas (CUNHA; CUNHA, 2002).

Com base nesse novo modelo, procurou-se então realizar um estudo no município de Olinda. Olinda, mistura de ritmos, cores, estilos, valores, junção de raças, costumes, mitos e religiões, em que frevo e maracatu, bonecos gigantes e caboclos de lança, tapioqueiras e intelectuais, convivem envoltos na atmosfera cultural do município.

Olinda, não apenas pelas características acima, mas também por ser umas das cidades pernambucanas de maior riqueza cultural, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade e Primeira Capital Brasileira da Cultura.

Assim sendo procurou-se analisar ‘se’ e ‘como’ está ocorrendo o processo de mudança e (re)construção da política cultural desse município, se está efetivamente acontecendo uma participação ativa e enfática de atores organizacionais significativos para a elaboração das políticas públicas culturais através da participação, da descentralização e da criação de redes.

A preocupação quanto à real participação dos atores organizacionais e sua compreensão quanto à importância de sua inserção nesse processo de construção de uma rede entre organizações governamentais e não-governamentais na definição da política pública de cultura do município, originou o problema de pesquisa: **como os atores organizacionais participam na configuração de uma rede, entre organizações governamentais e não-governamentais, para (re)construir a política pública cultural no município de Olinda?**

A palavra rede remete geralmente a sistemas de comunicação, embora o conceito de rede venha sendo trabalhado em diversos aspectos ao longo dos anos. Nas ciências sociais, a rede passa a ser um conjunto de entes vislumbrando um objetivo em comum, no entanto, sem perder a individualidade. Dentre outros aspectos existe a rede política ou *policy network*, que trabalha a montagem de rede para a elaboração de políticas públicas, gerindo tal movimento de maneira adequada ao objetivo público comum.

Teia, segundo Ferreira (1993), é algo que prende, que enreda, que emaranha; um conjunto de fios emaranhados não aleatoriamente, em que cada fio tem sua função e importância, nunca um fio sendo mais importante que o outro.

Para responder tal pergunta foram identificados os principais atores organizacionais, governamentais e não-governamentais, envolvidos na (re)construção da política pública cultural no município de Olinda, totalizando sete atores organizacionais, dos quais cinco são

organizações não-governamentais: Centro Cultural Coco de Umbigada; Centro de Cultura Luiz Freire; a Graúna – Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento; o Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda - FAPCO e o Centro de Estudos e Pesquisas Educação e Cultura e Ação Comunitária - CEPECAC Nabi. E dois são organizações governamentais: o Ministério da Cultura – Representação Regional Nordeste comendo a esfera do Governo e a Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda – SEPACCTUR, representando a esfera do município. É preciso salientar que a esfera estadual não está inserida nesse trabalho uma vez que a mesma não participou diretamente para a configuração da rede participativa para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda.

Existe atualmente uma participação funcional, com tendências à participação interativa. Participação funcional por ter sido percebida a existência da participação devido à necessidade do município de montar um Conselho Municipal de Cultura paritário e participativo – participação essa necessária como um dos passos para a implementação do Sistema Nacional de Cultura - vislumbrando, a partir da existência desse Conselho, a (re)construção da política pública cultural municipal. Tendências à participação interativa no momento em que se tem a mesma como participação almejada e se tenta alcançá-la através da construção conjunta, todos os atores envolvidos, aprendendo com as ações na prática por ser uma ação nova para todos os envolvidos.

É necessário focar que atualmente não existe uma política pública cultural de Olinda consolidada, o que existe é que, a partir da integração desses atores para a reconstrução da política pública cultural no município, eles mesmos estão montando uma rede ainda embrionária, mas existente, com características de rede política, *policy network*, no momento em que tem número limitado de participantes, tem como objetivo comum a construção de uma política pública, uma vez que tal consolidação de política pública só será efetiva na

implantação do Conselho Municipal de Cultura, ação essa que auxilia na configuração do SNC.

Pôde-se chegar à conclusão de que existe uma rede entre as organizações participantes da pesquisa, uma rede ainda no início, mas que traz na sua formação a tentativa de por em prática as idéias de integração, de descentralização, de participação, de democracia participativa, de busca de objetivo comum, de trabalho coletivo sem perder a individualidade, tudo isso pra reconstruir a política pública cultural do município, mas que é ainda muito insipiente até pelo momento em que o município se encontra, ainda em elaboração do Conselho Municipal de Cultura para, a partir desse Conselho, iniciar a ação de reconstruir a política pública cultural através da participação, e ambas, tanto a construção quanto essa participação, serem trabalhadas em conjunto, unindo os fios, tecendo uma teia em que seja construída a política pública cultural no município de Olinda.

Nessa pesquisa foi analisada apenas a configuração da rede, porém é pertinente em um segundo momento abordar a questão do poder que permeia essa rede, atrelado tanto à configuração quanto à comunicação e ao mecanismo político nela existente; bem como acompanhar a evolução dessa reconstrução da política pública cultural olindense a partir dessa rede participativa que desponta.

Referências

ADLER, P.A.; ADLER, P. Observation Techniques. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y.S. **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. London: Sage, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais** – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

AJUDA BRASIL. **Informações da entidade**: Trupe Graúna. Disponível em: < <http://www.ajudabrasil.org/dadosentidade.asp?identidade=188>>. Acessado em: 23 fev 2007.

AMANTINO-DE-ANDRADE, J.; ARENHART, Ariane J. Participación social em el Sistema Único de Salud: uma utopia por cumprirse em municípios de pequeno porte del Valle del Taquari. In: MISOCZKY, Maria CECI; BORDIN, Ronaldo (Orgs.) **Gestión Local de Salud, prácticas y reflexiones**. Porto Alegre: DaCasa/ OPAS, 2005, p. 37-56

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

_____. **Ética a Nicômacos**. 4. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil** – problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva. v. 18, n. 2, 2004, p. 17-25.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOBBIO, Norberto, et alli. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, volume dois.

_____. Norberto. **Estado governo sociedade**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1987.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação** – Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora Lda, 1994.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

BORZËL, Tanja A. **¿Qué tienen de especial los policy networks?** Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea. Florence: European University, 1997. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/policynet.pdf>>. Acessado em: 11 abr 2006.

BRASIL. **Constituição**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Ministério da Cultura**. Disponível em : <<http://www.cultura.gov.br>> . Acesso em: 30 ago 2006a.

_____. **Encontro de Conhecimentos Livres**. Recife, 2006.

_____. **Ministério da Cultura**. Disponível em : <http://www.cultura.gov.br/ministerio_da_cultura/representacoes_regionais/nordeste/> . Acesso em: 21 fev 2007.

_____. **Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo** . Disponível em : <http://www.olinda.pe.gov.br/portal/secretarias_municipais_patrimonio_ciencia_cultura.php> . Acesso em: 22 fev 2007a.

BRUYNE, Paul et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História** – a incrível saga de um país. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHO, Cristina et al. Análises organizacionais no campo da cultura e a importância do Estado. In: Encontro de Administração e Pública e Governança., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

CARVALHO, Alysson et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CCLF. **Centro Cultural Luiz Freire**. Disponível em: <http://www.ombudspe.org.br/cclf/centro_quem.php>. Acessado em: 03 set 2006.

CEPECAC. **Currículo da Instituição CEPECAC Nabi**. Documento eletrônico enviado por e-mail em 2007.

CHISHOLM, Robert. A ética feroz de Nicolau Maquiavel. In: QUIRINO, Célia Galvão et al. **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo: Edusp, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COELHO NETTO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003, p. 419-459.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração** – um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, Donald R. e SCHINDLER, Pámela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1978.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson et al. (organizadores). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988**. A representação de interesses e sua aplicação ao programa nacional de apoio à cultura. Rio de Janeiro: Letras Legal, 2004.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed.. São Paulo: Cortez, 1996. – Política social e participação – p. 5-80.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage Publication, 2000.

DOWBOR, L. **A reprodução social**: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder** – Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FAPCO. **Fórum de Atores e Produtores Culturais de Olinda**. Disponível em: <<http://www.forumculturalolinda.blogspot.com/>>. Acesso em: 30 ago 2006.

_____. **Registro de Reunião** de 15 de novembro de 2003.

FIGUEIREDO, M. V. G. Políticas Sociais: condicionantes da gestão descentralizada. In: Encontro Anual da Anpad, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLADORI, Guillermo. **Por uma sustentabilidade alternativa**. Casa Bertold Brecht UTA, 2005

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOHN, Maria de Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GRANOVETTER, Mark S. **The Strength of Weak Ties**. American Journal of Sociology, vol. 78, número 6, p. 1360-1380, 1973. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/dept/soc/people/faculty/granovetter/documents/TheStrengthofWeakTies.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, set./out., 1999, p. 115-141.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**. 6/2000.

_____. Descentralização, intersectorialidade e rede na gestão da cidade. **Organizações & Sociedade**. v. 11, edição especial, p. 129-139, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente**. São Paulo: FUNDAP, 1997.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Brasília, DF: UNESCO, 2001.

LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUES, Alisson Maciel de Faria. Poder Local no Federalismo Brasileiro: um estudo da descentralização das políticas brasileiras de saúde e educação. In: Encontro de Administração e Pública e Governança., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

MARIN, Bernd; MAYNTZ, Renate. **Policy Networks: empirical evidence and theoretical considerations**. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1991.

MATOS, K. S. L. de; VIEIRA, Sofia L. **Pesquisa Educacional - O prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. **The case for qualitative research**. Academy of Management Review, v.5, n.4, oct 1980, 491 – 500.

MUCCHIELLI, Roger. **L'analyse de contenu des documents et des communications**. Paris: ESF éditeur, 1991.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996 p. 586

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, jan/mar 2005, p. 36-52.

PASSADOR, Cláudia Souza. Políticas públicas, redes e agricultura familiar em debate: a experiência do Governo do Paraná. . In: VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. **Anais...** Panamá: CLAD, 2003.

PATTON, Michael. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. 3.ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil – Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REZENDE, Antônio Paulo. Solidariedade: os limites e as resistências. In: Estudos de Sociologia, **Revista do Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE**, v.10, n. 1, 2, p. 45-64, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGHI, Liane Beatriz. **Pirâmides, círculos e redes: modos de produzir a atenção em saúde**. In: MISOCZKY, Maria Ceci A., BECH, Jaime (orgs.). Estratégias de Organização da Atenção à Saúde. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2002.

RITS – Rede de Informações para o terceiro setor. Fundamentos e Paradigmas das Redes. In: **Rits - Redes**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acessado em: 11 nov 2006.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WELFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência**. Volume 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectivas, 1979.

STAKE, Robert E. Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage Publication, 2000.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1985.

UNESCO. **A UNESCO e a Cultura no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 14 jan 2006.

VERNANT, J.P. Mito e Pensamento entre os Gregos. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.). **Metodologia Científica – Caderno de Textos e Técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

VINCENTINO, Cláudio; GIANPAOLO, Dorigo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

WEFFORT, Marcio Souza. **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/textos/olhar/>>. Acesso em: 13 jan 2006.

APÊNDICE A – lista de entrevistas

Ator organizacional	Data de realização da entrevista	Entrevista nº	Entrevistado nº
Centro Cultural Coco de Umbigada	03/11/2006	Entrevista 02	Entrevistada 02
Centro de Cultura Luiz Freire	08/11/2006	Entrevista 01	Entrevistado 01
Graúna	26/10/2006	Entrevista 05	Entrevistada 05
FAPCO	30/11/2006	Entrevista 06	Entrevistada 06
CEPECAC Nabi	27/11/2006	Entrevista 07	Entrevistada 07
MinC – Representação Regional Nordeste	25/11/2006	Entrevista 03	Entrevistada 03
SEPACCTUR	18/12/2006	Entrevista 04	Entrevistada 04

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)